



RELATÓRIO E CONTAS 2009

Aprovado em Assembleia Geral de 13 de Abril de 2010

ÍNDICE

A – RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Introdução	5
2. Actividade editorial	6
3. Estrutura orgânica	9
4. Enquadramento regulamentar	10
5. Estratégia e objectivos	11
6. Evolução de negócios	12
7. Qualidade de serviço	14
8. Actividade internacional	15
9. Recursos humanos	15
10. Investimento e inovação	16
11. Participações da Agência	17
12. Perspectivas futuras	17
13. Análise económica e financeira	18
Principais indicadores	20
13.1. Demonstrações Financeiras e Anexos	21
Balanço em 31 de Dezembro de 2009 e 2008	21
Demonstração dos Resultados por Natureza para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008	22
Demonstrações dos Resultados por Funções para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008	23

13.2. Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2009	25
Demonstração da Variação dos Fundos Circulantes para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2009	43
Demonstração da Origem e da Aplicação de Fundos para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2009	44
Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008	45
Anexo à Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2009	46
14. Proposta de Aplicação dos Resultados	46

B – RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

C – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

D – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

APLICAÇÃO DE RESULTADOS – ADENDA

A - RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Introdução

Num contexto internacional marcado pela desconfiança e pela mais profunda recessão económica das últimas décadas, e com a economia portuguesa a evidenciar, ao longo de todo o ano de 2009, sinais de desaceleração, o sector dos media sofreu, em geral, os fortes impactos negativos da conjuntura.

Ainda assim, a Lusa revelou capacidade de reagir às adversidades do mercado, e manteve o esforço da sua afirmação como agência global de conteúdos noticiosos em Língua Portuguesa, consolidando a sua vocação como produtora e distribuidora de notícias a um alargado leque de clientes (media nacionais e internacionais, empresas e instituições diversas de carácter público e privado) e a prestação ao Estado Português de um serviço de interesse público relativo à informação dos cidadãos.

O actual Conselho de Administração, empossado a 27 de Março de 2009, prosseguiu os objectivos definidos pelo anterior Conselho nas áreas de operação estruturantes da Agência: editorial, técnica e económico-financeira; e traçou como linha de rumo os pressupostos das orientações que recebeu dos senhores

accionistas: estabilidade, bom serviço e equilíbrio das contas, aliás, determinantes para os resultados obtidos.

A situação económica e financeira da Agência é espelhada pelos continuados resultados positivos, alcançados desde o exercício de 2004, após o aditamento ao Contrato de Prestação de Serviço Público Celebrado Entre o Estado e a Lusa, em Julho de 2003.

O reconhecimento da estabilidade da operação da Agência está também patente na renovação automática do Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público Celebrado entre o Estado e a Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., após o termo dos primeiros três anos de vigência, (31 de Dezembro de 2009), sem que nenhuma das partes o tivesse denunciado.

Num ano marcado por três actos eleitorais nacionais, a Lusa correspondeu, com rigor e profissionalismo, ao acréscimo de exigência editorial, preservando e valorizando aqueles que são, seguramente, os maiores activos de um meio de comunicação social: o pluralismo e a credibilidade dos seus serviços.

O ano 2009 representa também, para a Lusa, a assunção plena e o aprofundamento da sua vocação global como agência multimédia,

com a produção e distribuição de serviços noticiosos e outros conteúdos informativos em formatos de texto, fotografia, vídeo e som, a clientes sediados em todos os continentes. Para o efeito, a Lusa prosseguiu o investimento na formação multimédia dos seus jornalistas, bem como na aquisição de mais meios técnicos de produção e difusão de som e imagem digitais.

Ainda neste ano, a Lusa reforçou consideravelmente a sua cobertura de rede geográfica, quer em território nacional, quer no plano internacional. Com o recrutamento de novos correspondentes e colaboradores, por um lado, e com o acréscimo de autonomia de editores e delegados, por outro, a Agência tem vindo a melhorar a sua produtividade em noticiário de proximidade (mais perto das pessoas e das comunidades), ou seja, tem mais notícias, mais país e mais mundo, logo é mais agência. Destaque, ainda neste plano, para a recente abertura de uma Delegação em Paris e para a criação de condições que permitam, em breve, uma representação da Lusa em Nova Iorque.

Na operação comercial da Agência devem salientar-se o lançamento definitivo da produção vídeo, cujo número de clientes previsto no plano de negócios foi largamente ultrapassado, e a conquista de mercados emergentes na Internet – onde a Lusa tem vindo a aumentar o volume de conteúdos noticiosos, em especial na generalidade dos portais que contêm noticiário em formatos de texto, foto e vídeo, em Língua Portuguesa. Como suporte tecnológico dos serviços prestados pela Agência, a área de suporte técnico e o sistema editorial LUNA mantiveram estabilidade e bom desempenho, essenciais para o bom funcionamento da Lusa.

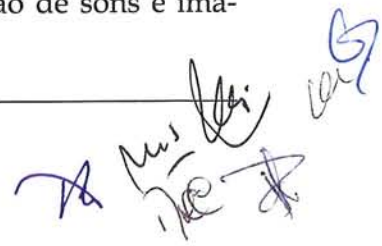
Apesar da generalizada crise económica e da evolução desfavorável dos mercados e dos preços de venda, a que a Agência não é

imune, a Lusa apresenta um resultado líquido do exercício positivo, no montante de 466.306,18 euros, registando, porém, um agravamento dos custos com pessoal. Tendo em vista a redução deste tipo de custos, o Conselho de Administração promoveu um programa de reformas antecipadas, no final do ano, ao qual aderiram voluntariamente 23 trabalhadores de um universo de 33 abrangidos. Saliente-se, ainda, a resolução de duas questões de há muito pendentes para a operação da Agência e relações internas de trabalho, e para a melhoria do património: a revisão global do Acordo de Empresa celebrada entre a Lusa e o Sindicato dos Jornalistas e outros, publicado no Boletim de Trabalho e Emprego n.º 15, de 22 de Abril de 2009; e a aquisição pela Lusa da última fracção do edifício sede que se encontrava na posse de uma entidade privada, o que permitiu à Agência, além do aumento do seu património imobiliário, consolidar uma posição de paridade com o Estado na propriedade do seu edifício sede. Como factor menos positivo assinala-se a não regularização da dívida do Estado reclamada pela Lusa.

2. Actividade editorial

Em 2009 a Lusa criou e desenvolveu instrumentos capazes para fornecer notícias e outros conteúdos informativos a órgãos de informação, empresas e instituições em todos os continentes, assumindo, assim, a vocação de agência global.

Iniciou-se uma segunda geração de formação de escrita para TV. Pela redação/sede de Lisboa começaram a passar todos os jornalistas da Lusa para, em pequenos grupos semanais, apurarem as suas técnicas de escrita e de recolha e edição de sons e imagens.



Em paralelo, lançou-se dentro da editoria de Multimédia uma unidade de infografia que, partindo de uma colaboração com a Universidade do Porto, tem ganho crescente capacidade e autonomia.

No quadro de uma parceria com a Universidade do Porto realizaram-se também acções de formação em ferramentas informáticas essenciais para elaboração de conteúdos que integram texto, foto, som e imagem animada. Durante todo o ano, a Lusa foi também acrescentando valor à sua linha. Em parceria com uma empresa de desenvolvimento de *software*, a Agência criou um novo serviço, Desporto Dados, onde se trabalham de forma extensiva as estatísticas ligadas ao desporto, nomeadamente aos jogos de futebol da I Liga. Este serviço, onde também se inclui uma agenda de desporto, foi e é pontualmente servido com infografias sobre as matérias abordadas.

Ainda em 2009, a Lusa iniciou, com a Universidade do Porto, um processo de avaliação da convergência de plataformas criada em 2008, tendo por base o diagnóstico da gestão integrada dos processos, tecnologia, pessoas e da mudança, e o seu nível de maturidade de rotinas. O diagnóstico é implementado a partir de uma metodologia de avaliação com base na identificação e caracterização dos factores críticos de sucesso, complementada por uma análise de sensibilidade do novo paradigma da produção e do fluxo noticioso. Assim, não só se avalia o impacto (negativo/positivo) do investimento realizado na primeira fase da formação, mas também se melhoram os processos produtivos. O processo arrancou com *focus group* de jornalistas, e entrevistas a todos os editores, editores executivos e Direcção de Informação, contemplando também a análise dos clientes da Lusa. Apesar de o noticiário da agência apenas ter passado a ser escrito segundo as normas do

Acordo Ortográfico celebrado entre os países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) a partir de Janeiro de 2010, toda a preparação dessa mudança estrutural ocorreu durante o ano de 2009. Neste processo assumiram particular relevância as acções de formação que foram ministradas a todos os jornalistas da Lusa, incluindo os do quadro, os avançados e os colaboradores à peça, quer redactores, quer fotógrafos, quer fotojornalistas: mais de 90 por cento foram formados directamente em sala de aula (entre os quais a totalidade dos colaboradores da agência no território português continental), tendo os restantes espalhados pelo mundo podido acompanhar essas acções de formação através de transmissões via Internet.

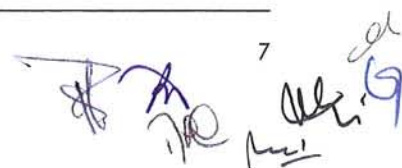
Finalmente, ainda, em 2009 a Lusa continuou a descentralização editorial lançada nos anos anteriores, concedendo-se crescentes graus de autonomia aos editores e delegados que trabalham fora de Lisboa; prosseguiu a renovação e o alargamento da rede de correspondentes, nomeadamente os fotográficos e os desportivos; e inaugurou a delegação de Paris.

Produção editorial

A produção editorial da Agência ascendeu a 210.736 conteúdos únicos em 2009, sendo a média diária de 577.

Tipo	2009		
	Nº (Ano)	Média/dia	Peso (%)
Fotos	30.882	84,6	14,7%
Conteúdos mistos	20.082	55,0	9,5%
Vídeos	10.287	28,2	4,9%
Notícias texto	125.129	342,8	59,4%
Outros conteúdos texto	6.030	16,5	2,9%
Áudio	7.733	21,2	3,7%
SMS	10.454	28,6	5,0%
Gráficos/Infografias	139	0,4	0,1%
Total	210.736	577,4	100,0%

7



Relativamente ao ano anterior, regista-se um aumento de cerca de 36 por cento na produção anual de conteúdos únicos. Porém, devem salientar-se os níveis de produção verificados em algumas áreas como o vídeo, áudio, infografias, conteúdos mistos, e de foto, circunstância que demonstra bem os resultados obtidos na produção de conteúdos média.

No sector da fotografia, as áreas de política (29%) e desporto (23%) representam 52% da produção de fotos da Agência em 2009.

Todavia, é sobretudo nos sectores de vídeo e de som onde se verificam as maiores variações de produção, realidade que marca bem o ano da transformação multimédia operada na Lusa em 2009.

Temas	Texto		Foto		Vídeo		Áudio	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Acidentes e Desastres	7.561	5.814	776	863	278	60	152	55
Ambiente	6.196	4.794	645	712	474	157	232	124
Artes, Cultura e Entretenimento	13.533	11.542	3.950	4.602	1.801	294	641	267
Ciência e tecnologia	2.360	2.103	225	296	245	63	124	53
Crime, lei e justiça	19.344	15.630	1.538	1.434	865	300	780	358
Desporto	27.701	11.542	8.819	9.664	2.145	213	892	212
Economia, Negócios e Finanças	47.483	42.272	3.536	3.999	2.556	900	1.878	919
Educação	5.242	5.100	759	1.078	494	209	368	198
Estilo de Vida e Lazer	3.753	3.323	770	1.068	403	86	109	43
Guerras e Conflitos	10.956	11.705	666	612	558	192	337	195
Interesse humano	4.233	3.984	1.143	1.306	447	118	165	83
Política	59.983	47.814	10.960	8.171	4.327	1.422	4.895	1.507
Religião	2.590	1.874	589	477	321	89	185	66
Saúde	9.975	3.939	802	757	617	224	499	223
Sociedade	25.819	19.963	1.091	979	2.161	568	1.198	555
Trabalho	7.184	5.463	523	736	736	307	562	255
Outros	10.958	2.030	747	67	431	85	334	126
Total	264.871	198.882	37.539	36.821	18.859	5.287	13.351	5.239

O quadro acima reproduz a produção noticiosa da Agência em 2009 agrupada segundo a classificação temática do IPTC (International Press Telecommunication Council) onde se espelha a diversidade de assuntos tratados no fio noticioso da Agência, em valores que resultam da própria classificação temática. Considerando que a mesma notícia pode ser classificada em vários temas, o número de notícias distribuídas, efectivamente, não coincide com o número de notícias produzidas. Temas sobre política (23 por cento), economia (18 por cento), desporto (10 por cento), e sociedade (9 por cento), representam 60 por cento dos textos noticiosos distribuídos pela Lusa em 2009.

Multimédia

Iniciado em 2008, o Projeto Multimédia entrou em velocidade de cruzeiro, em 2009, na área de vídeo com um aumento substancial de produção e de jornalistas envolvidos. Com o objectivo de alargar a oferta de serviços em plataforma multimédia, a Lusa iniciou em 2009 a produção de infografias animadas. Foram produzidas algumas infografias com um grau de sofisticação elevado, nomeadamente com uso de base de dados auxiliar e actualização automática da infografia sempre que a base de dados é alterada. Refira-se, por exemplo, a infografia produzida para as eleições autárquicas com elementos informa-

tivos de todos os concelhos, a composição anterior de cada câmara e os candidatos.

Foram criados e lançados dois portais adicionais na Internet: Lusofonia e Inglês e, simultaneamente, assinado um acordo com a ATC para distribuição deste tipo de sistema para mercados lusófonos e onde a Lusa tem representatividade.

No domínio da inovação deve destacar-se, ainda, a criação de um protótipo de Televisão Corporativa (Corporate TV) e desenhado o respectivo modelo de negócio. Este produto está pronto a ser comercializado no mercado. Em 2009 o sistema LUNA manteve a sua estabilidade e performance, essenciais para o bom funcionamento da agência. Adicionalmente foram implementadas algumas melhorias e funcionalidades no sistema, de acordo com novas necessidades identificadas na produção editorial e pela Direcção Comercial, nomeadamente na área da Multimédia. Foi acrescentada capacidade de armazenamento adicional na infraestrutura LUNA, devido ao crescimento do número de conteúdos e sobretudo do seu tamanho médio (incremento de vídeos, áudios, histórias, infografias).

3. Estrutura orgânica

A organização da empresa está naturalmente centrada na produção de conteúdos noticiosos, em torno das editoriais, delegações e correspondentes, enquadradas pela Chefia da Redacção e pela Direcção de Informação. A macroestrutura orgânica da empresa assenta no Presidente do Conselho de Administração, que é simultaneamente o administrador-delegado a quem compete a coordenação da actividade geral e a direcção das relações institucionais e internacionais.

O apoio directo ao PCA é feito pelo Gabinete de Planeamento e Projectos Especiais, vocacionado para a concepção e acompanhamento de soluções e a coordenação dos projectos estruturantes ou transversais, e pela Secretaria-Geral, que assegura a maior parte dos serviços corporativos.

Os restantes órgãos de estrutura de primeira linha são as quatro direcções operacionais: Informação, que assegura a produção de conteúdos noticiosos; Comercial e de Marketing, que promove a venda de serviços e a sua imagem; Técnica, que controla a gestão dos sistemas de informação; e Administrativa e

Organograma da macroestrutura e órgãos de estrutura de primeira linha



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

Financeira, que reúne as funções de contabilidade, tesouraria, informação de gestão, compras e recursos humanos.

A Lusa tem a Redacção central em Lisboa e, actualmente, seis delegações em território nacional e 11 no estrangeiro. Tem também correspondentes em todos os distritos de Portugal e em cerca de 30 de países.

4. Enquadramento regulamentar

Além da legislação em geral aplicável às sociedades comerciais e do regime jurídico do sector empresarial do Estado, a Lusa está sujeita a regulamentos próprios pelo facto de se inserir no sector da Comunicação Social. Entre outros, destacam-se entre as principais referências regulamentadoras:

- Lei n.º 2/99, de 13 de Janeiro, que aprovou a Lei de Imprensa com a última alteração pela Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, que aprova o regime jurídico da concorrência e dá nova redacção ao n.º 4 do artigo 4.º da Lei da Imprensa.
- Lei n.º 1/99, de 13 de Janeiro, que aprovou o Estatuto do Jornalista e que foi alterada e republicada pela Lei n.º 64/2007, de 6 de Novembro.
- Código Deontológico dos Jornalistas, aprovado em 4 de Maio de 1993.
- Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, celebrado entre a Lusa e o Estado Português a 31 de Julho de 2007.
- Lei n.º 53/2005, de 8 de Novembro, que cria a ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social.
- Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto e com a última alteração pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro.
- Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, com a última alteração operada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, que estabelece o estatuto do gestor público, nomeadamente o regime das incompatibilidades.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, que estabelece os princípios de bom governo das empresas do sector empresarial do Estado e seu Anexo obrigações de informação.
- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que estabelece o novo regime da contratação pública e que revogou o Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março e o Decreto-Lei n.º 197/99.
- Código de Ética da Lusa aprovado pelo Conselho de Administração em 19 de Dezembro de 2008.
- Acordo de Empresa entre a Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., e o Sindicato dos Jornalistas e outros, publicado no Boletim de Trabalho e Emprego n.º 15, de 22 de Abril de 2009.

5. Estratégia e objectivos

O principal activo da Lusa é a sua reputação enquanto agência de notícias credível e rigorosa, fortemente implantada em todo o território nacional e nos espaços de maior proximidade dos interesses portugueses no mundo.

A Agência tem uma visão clara sobre o seu papel, uma missão definida, e pauta a sua actividade, na comunidade em geral e internamente em todas as suas estruturas, por critérios de rigor.

Os objectivos estratégicos de curto e médio prazo estão delineados e têm sido concretizados.

Visão – A Lusa afirma a sua importância nacional e internacional, ajustando qualitativamente os seus serviços e a sua presença no território nacional e no espaço lusófono, no âmbito da circulação democrática e plural da informação noticiosa e no da defesa dos interesses estratégicos externos do Estado Português.

Missão – A Lusa, como única agência de notícias portuguesa de âmbito nacional, tem como objectivo a recolha e tratamento de material noticioso ou de interesse informativo, a produção e distribuição de notícias a um alargado leque de utentes (media nacionais e internacionais, empresas e instituições diversas de carácter público e privado) e a disponibilização, contratada com o Estado Português, de um serviço noticioso global orientado pelo interesse público e tendente a favorecer o exercício da cidadania.

Valores – Além do interesse público, os princípios que orientam a produção noticiosa da Lusa são a clareza, o rigor, a isenção, a pluralidade, a fiabilidade e a tempestividade da informação.

Internamente, a todos os níveis da sua estrutura orgânica, e de acordo com o Código de

Ética, a empresa fomenta os valores da clareza e da transparência, o rigor na utilização dos recursos disponíveis, a cooperação, o trabalho de equipa, a responsabilização individual, visando a realização pessoal e profissional de todos os seus colaboradores.

Posicionamento – O posicionamento da empresa no mercado decorre da análise que faz das suas principais vantagens comparativas, das suas debilidades, das oportunidades que identifica como potenciais desafios e dos constrangimentos que se colocam à sua actividade.

- **Vantagens comparativas:** a credibilidade dos seus serviços noticiosos, principalmente no seu mercado tradicional, as empresas de comunicação social; o facto de ser a única agência de notícias generalista portuguesa e de dimensão nacional e internacional, com funcionamento contínuo, 365 dias por ano; a sua forte implantação em todo o território nacional e no mundo lusófono.
- **Debilidades:** a imagem discreta que projeta para fora do seu mercado tradicional, a rigidez organizacional e a forte dependência do contrato de serviço público.
- **Oportunidades:** a necessidade crescente e premente da informação, sentida pelas organizações em geral e muito especialmente pelas empresas; o dinamismo empresarial e o reforço da cooperação no espaço da lusofonia; a relativa facilidade da evolução para uma plataforma alargada de circulação de serviços informativos, além da mera difusão de notícias; o amadurecimento do mercado multimédia e a crescente procura de conteúdos digitais.
- **Constrangimentos:** a conjuntura económica desfavorável nos mercados do sector da comunicação social.

11



Objectivos do exercício de 2009

O Plano de Actividades definiu um conjunto de objetivos para 2009, traçou acções a curto e médio prazo e precisou os objetivos sectoriais para as diferentes áreas de estrutura da Agência.

O Conselho de Administração considera terem sido atingidos os objetivos definidos, nomeadamente:

- Manutenção da importância nacional e a credibilidade da Agência e consolidação do seu papel no respeito pelas obrigações decorrentes do Contrato de Serviço Público e correspondendo com eficácia e tempestividade às necessidades dos mercados, designadamente às dos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais e das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo;
- Prossecução dos esforços tendentes a ampliar a presença e a acção da Agência no espaço lusófono, potenciando os acordos de cooperação e as parcerias já estabelecidas ou a estabelecer com as agências noticiosas dos países da CPLP e estando atenta às oportunidades de venda dos seus serviços nesse espaço.
- Consolidação das alterações organizativas levadas a cabo no último ano e rentabilização da actividade da Agência.
- Consolidação do conceito de agência multimédia respondendo às crescentes solicitações dos mercados interno e externo, com o alargamento às delegações e à rede de correspondentes da capacidade de produção integrada de serviços de texto, imagem e som, alicerçada num programa de formação iniciado em 2008.
- Potenciação dos investimentos tecnológicos realizados, nomeadamente da nova plataforma de produção e distribuição de conteúdos, apostando nos canais web e

desenvolvendo áreas autónomas de distribuição de novos conteúdos multimédia, nomeadamente conteúdos vídeo.

- Alargamento das acções de cooperação e parcerias com outras agências, quer para o desenvolvimento de plataformas tecnológicas comuns, nomeadamente através dos projetos MINDS, CASAM e eMPower, quer na área da produção e distribuição de conteúdos.
- Manutenção e fidelização dos clientes apesar da conjuntura adversa do mercado dos media e intensificação de acções tendentes a explorar oportunidades que surjam em novos nichos de mercado.
- Manutenção e valorização do arquivo histórico e contemporâneo de imagem, potenciando-o como significativa fonte de proveitos.
- Melhoria da organização e do funcionamento qualitativo das diversas direcções da empresa.

6. Evolução de negócios

A análise da evolução dos proveitos obtidos por áreas de negócios continua a evidenciar uma forte dependência da empresa relativamente ao Estado, com a indemnização compensatória do serviço de interesse geral prestado pela Agência a representar cerca de 77 por cento do total de proveitos.

Tal facto decorre da prestação do serviço de interesse geral contratado com o Estado, mas destinado à comunidade em geral, através dos órgãos de comunicação social regionais e locais e das comunidades portuguesas radicadas no estrangeiro, bem como, de um modo geral, ao espaço da lusofonia.

Mas, a dependência do Estado é principalmente consequência da reduzida dimensão do mercado nacional e muito especialmente

das conhecidas debilidades do sector da comunicação social, tradicionalmente o mercado das agências noticiosas (que representa ainda cerca de 50 por cento da actividade comercial da Lusa), se bem que agora suportada em diversos formatos e em publicações online.

O mercado da comunicação social é pequeno e caracteriza-se como gerador de reduzido número de novos títulos, sendo certo que os já existentes confrontados com a necessidade de investirem em novas plataformas de informação, procuram controlar fortemente os seus custos.

Não obstante a conjuntura adversa e fortemente agravada durante todo o último ano, a Lusa logrou manter os seus proveitos, conforme o quadro seguinte:

Relativamente aos Pequenos Órgãos de Comunicação Social, verifica-se um decréscimo de 24,4 por cento, resultante do encerramento de alguns jornais (Primeiro de Janeiro) e das crescentes dificuldades financeiras da Imprensa Regional.

O decréscimo de 11,3 por cento na Área de Negócio “Outros” resulta de uma opção por sistemas de distribuição dos clientes para redução de custos (de satélite para Internet). Neste caso, a diferença de cerca de 14.000 euros reflecte-se também em custos que a Lusa não terá no aluguer dos circuitos de distribuição a terceiros.

Clientes e serviços

A Lusa prosseguiu em 2009, a sua estratégia comercial e de marketing que essencialmente

Áreas de negócios	2009	2008	Var.
Grandes Órgãos de Comunicação Social	1.831.898	1.840.318	-0,5%
Pequenos Órgãos de Comunicação Social	375.399	496.797	-24,4%
Empresas	940.951	902.373	4,3%
Institucional	15.501.483	15.129.155	2,5%
Grande Público	21.717	23.748	-8,6%
Outros	110.659	124.692	-11,3%
Mercado Externo	418.436	393.923	6,2%
Total	19.200.541	18.911.006	1,5%

A Lusa aumentou ligeiramente o nível de proveitos, por comparação com o ano anterior (+1,5 por cento) e para tanto contribuíram a actualização do valor do contrato com o Estado e as vendas nos segmentos Empresas e Mercado Externo.

Algum decréscimo nas vendas aos Grandes Órgãos de Comunicação Social encontra justificação em reajustamentos contratuais ditados pela absoluta necessidade de se manterem as facturações anteriores.

se baseia nos seguintes princípios orientadores: Fidelização dos clientes existentes; Prospecção de novos potenciais mercados; Prospecção de novos produtos; Política de preços e produtos adequada ao mercado; Maior rentabilização dos serviços da Lusa com minimização de custos; Diferentes e melhores meios de distribuição, com menores custos; Apoio aos clientes e oferta de serviços especiais de cobertura noticiosa; Serviços noticiosos em todos os formatos: texto, foto, áudio, vídeo e infografia.

Com efeito, o ano de 2009 foi o tempo para o lançamento definitivo da produção de Vídeo nos serviços noticiosos da Agência e alargamento e estabilização dos Serviços Noticiosos de Áudio.

Simultaneamente, foram ensaiadas as primeiras experiências de produção e distribuição de Serviços Infográficos.

Prestação de serviços

A Lusa manteve em 2009 quase inalterada a sua carteira de cliente relativamente a 2008. Com a saturação de mercado na área GOCS e POCS, a Lusa acompanhou com maior atenção os mercados emergentes da área da Internet e Multimédia, especialmente com formatos vídeo.

Assim, em consequência dessa estratégia, a Lusa detém como clientes quase 100 por cento do mercado de sites e portais que contêm informação noticiosa, em texto, foto e vídeo. O Serviço de Vídeo, iniciado experimentalmente ainda nos finais de 2008 e apresentado ao mercado em 2009, atingiu e ultrapassou largamente o número de clientes previstos, de acordo com o plano estratégico estabelecido para esse novo negócio.

E, os canais de Televisão revelaram-se também excelentes consumidores do serviço vídeo distribuído pela Lusa.

Os serviços especiais constituíram um segmento de mercado muito disputado por clientes tradicionais da Lusa, nomeadamente nas áreas da LUSA TV e das crónicas de enviados especiais, crónicas telefonadas, para estações de TV e rádios; coberturas noticiosas de eventos importantes para venda directa, assim como pedidos de serviços pré determinados, de reportagens ou entrevistas. Ao longo de 2009, muitos foram os clientes da Lusa que solicitaram expressamente a distribuição de serviços relativos a deslocações

do Presidente da República, Primeiro-Ministro ou outros membros do Governo ao estrangeiro. Este foi um dos serviços prestados pela Lusa que mais cresceu em 2009.

Serviços mais vendidos

Entre os serviços que registaram maiores crescimentos em 2009 salientam-se:

- Serviços especiais, com um crescimento de cerca de 28 por cento, resultante da estratégia dos clientes em reduzirem custos e melhor rentabilizarem os serviços da Agência.
- Serviço Lusaweb, com um aumento de cerca de 10 por cento. Trata-se de um serviço especialmente dirigido ao online, que já representa a segunda maior receita da Lusa.
- Serviço Economia que registou um crescimento de cerca de 9,5 por cento, resultante da apetência dos clientes da Área de Negócios Empresas pela temática.
- Serviço Nacional, não obstante ser o serviço mais vendido pela Lusa, com uma cota de 38 por cento, teve um crescimento de cerca de 3,3 por cento.

7. Qualidade de serviço

A qualidade dos serviços prestados pela Lusa, nos termos da Cláusula Sexta do Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público Celebrado entre o Estado e a Lusa, em 31 de Julho de 2007, é monitorizada pelo Gabinete para os Meios de Comunicação Social que, para o efeito e sobre o assunto, produz dois relatórios semestrais com base numa grelha de avaliação da qualidade dos serviços e através de um inquérito aos clientes.

O rigor e a qualidade do trabalho produzido pela Lusa é assinalado em testemunhos do

Gabinete para os Meios de Comunicação Social e, em geral, pelos clientes da Agência que destacam, em primeiro lugar, o rigor e a isenção das notícias e a distribuição rápida dos serviços noticiosos. Nas restantes áreas da actividade da Lusa realçam a fiabilidade e a rapidez da informação prestada.

8. Actividade internacional

No ano de 2009 a Lusa manteve o esforço de consolidação da sua presença no mundo lusófono e nos países assinalados no contrato de serviço público, através da participação activa nos organismos internacionais que integra (EPA – European Pressphoto Agency; AMAN – Alliance of Mediterranean News Agencies; EANA – European Alliance of News Agencies) e da reanimação do diálogo entre as agências noticiosas dos países da CPLP.

Neste âmbito devem destacar-se as seguintes acções:

- Ministra da Comunicação Social da Juventude e Desportos de S. Tomé e Príncipe, Maria de Cristo Carvalho, visitou a sede da Lusa, em 24 Março, onde debateu com o Presidente do Conselho de Administração, José Manuel Barroso, formas de cooperação e apoio da Lusa à sua congénere santomense.
- Vice-Ministro da Informação da China, Qian Xiaoqian, visitou a sede da Lusa, em 8 de Junho, tendo sido recebido pelo Secretário-Geral, José António Santos, e a quem transmitiu o interesse da Xinhua em aprofundar os laços de cooperação com a Lusa.
- Na sequência de substituição do Delegado da AIM (Agência de Informação de Moçambique) em Lisboa, e correspondendo a uma solicitação da AIM, em Junho de 2009, a Lusa providenciou uma nova residência em Lisboa para o novo delegado Domingos Mossela.
- Vice-presidente da Agência Xinhua, Cui Jizhe, visitou a Lusa em 26 de Junho, sendo recebido pelo Diretor de Informação, Luís Miguel Viana, com quem abordou a cooperação entre as duas agências.
- Administrador Delegado da Inforpress, Levi Salomão, fez em Setembro um estágio de uma semana na Lusa para se inteirar do modo de funcionamento dos sectores da gestão e da Direcção de Informação.
- Formação profissional ministrada a jornalistas e outros trabalhadores da Inforpress (Agência de Notícias de Cabo Verde), na Cidade da Praia, por um jornalista da Lusa num total de 80 horas. O custo do projeto ascendeu a 9.475,84 euros e foi integralmente financiado pelo PIDDAC.
- Presidente do Conselho de Administração da Lusa, Afonso Camões, visitou a China, em Outubro, a convite da Agência Xinhua. Nesta deslocação, além de ter participado no World Media Summit, Afonso Camões abordou a cooperação entre a Lusa e Xinhua e teve ocasião para se deslocar a Macau, onde visitou a Delegação da Lusa e manteve contactos com as autoridades e meios de comunicação social locais, e a Xangai onde preparou a participação da Lusa na Expo 2010.

9. Recursos humanos

Em 31 de Dezembro de 2009, a Agência tinha 288 trabalhadores, dos quais 276 no quadro de efetivos e 12 com contrato a termo; 6 requisitados e 21 em pré-reforma. O efectivo médio foi de 273.

Relativamente ao exercício anterior, regista-se uma igualdade no número de trabalhadores

ao serviço, e, quanto à decomposição deste agregado, verifica-se o aumento de um trabalhador no quadro e a redução de uma unidade com contrato a termo.

Ao longo do ano registaram-se as admissões de 16 trabalhadores e a saída de igual número, que compara com 23 entradas e 11 saídas em 2008.

Do efectivo total, 41,31 por cento dos trabalhadores têm menos de 40 anos de idade (compara com 44 por cento em 2008); 42,02 por cento trabalham na Lusa há menos de dez anos (compara com 46 por cento em 2008); e 52,78 por cento são homens.

O grupo profissional mais expressivo é, obviamente, o dos jornalistas com 219 elementos, mais três do que em 2008.

Acordo de Empresa

Culminando um longo e complexo processo de negociação, a Lusa e os sindicatos subscritores estabeleceram um acordo de revisão global do Acordo de Empresa publicado no Boletim de Trabalho e Emprego n.º 15, de 22 de Abril de 2009.

Programa de pré-reformas

Em consonância com o objectivo de redução de custos com o pessoal, o Conselho de Administração aprovou um plano de pré-reformas para o universo dos trabalhadores da Agência, com idade superior a 55 anos. Ao programa de reformas antecipadas, em 28 de Dezembro de 2009, aderiram voluntariamente 23 trabalhadores de um universo de 33 abrangidos, e de que resultará, já no próximo ano, uma redução de custos no montante de 307mil euros.

10. Investimento

O investimento em 2009 atingiu 888.540,11 euros (mais 305 por cento do que no ano anterior) e foi essencialmente dirigido para a fracção do rés-do-chão do edifício sede da Lusa (611.914,59 euros) sendo a parte restante dirigida fundamentalmente ao desenvolvimento da área multimédia da Agência.

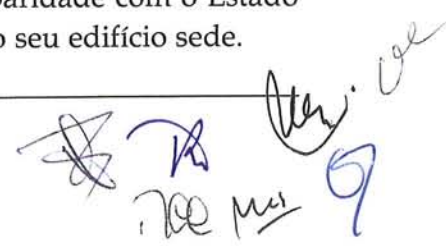
Aquisição de fracção da Carjohotel

Pondo fim a um litígio de seis anos, e após um complexo processo de negociações que incluiu a desistência recíproca dos processos judiciais pendentes entre a Lusa e a empresa Carjohotel – Iniciativas Hoteleiras, S.A., a Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., adquiriu a última fracção do edifício sede que se encontrava na posse de uma entidade privada.

A fracção é designada pela letra “D” e corresponde ao rés-do-chão do prédio urbano em regime de propriedade horizontal situado na Rua Dr. João Couto, Lote C, freguesia de S. Domingos de Benfica, Lisboa, descrito na Conservatória do Registo Predial sob a ficha n.º 1223/19891205 – D da mencionada freguesia e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 2184.

A aquisição realizou-se através de um acordo de cessão da posição contratual, mediante o qual a Lusa sucedeu na posição de promitente-compradora da referida fracção, de que era titular a Imaugi, Gestão e Investimentos Imobiliários, Lda., conferida por contrato-promessa, tendo a cessão o preço de 75.000,00 euros; a aquisição do imóvel o preço de 500.000,00 euros; e custos de transação o preço de 36.914,59 euros.

Com a aquisição desta fracção a Lusa aumentou o seu património imobiliário e consolidou uma posição de paridade com o Estado na compropriedade do seu edifício sede.



11. Participações da Agência

A Lusa alargou a participação em instituições de áreas de intervenção no âmbito da actividade dos media e, em 2009, passou a fazer parte da Visapress e do OberCom como a seguir se regista.

Visapress

A Lusa integrou o grupo de fundadores da cooperativa Visapress – Gestão de Conteúdos dos Media, CRL, com sede na Rua Gomes Freire, 191, 3.º, em Lisboa, freguesia de S. Jorge de Arroios, constituída no dia 9 de Setembro de 2009.

Tendo por objecto, nomeadamente, o licenciamento e a gestão integrada dos direitos patrimoniais de autor e dos direitos conexos, é expectável que a Lusa possa beneficiar da actividade da cooperativa no que se refere à defesa e protecção dos direitos patrimoniais de autor e dos direitos conexos relativos aos conteúdos informativos produzidos pela Agência.

OberCom

A Lusa passou a integrar o OberCom (Observatório da Comunicação) como empresa associada, por decisão do Conselho de Administração na sua reunião de 15 de Dezembro.

12. Perspectivas futuras

O modelo de negócio fundador da agência, assente na produção de serviços tradicionais (exclusivamente de fotografia e texto, abrangendo as temáticas de política, sociedade, desporto, cultura e comunidades) e destinado aos mercados tradicionais de media (jornais, rádios e televisões) tem vindo a defi-

nhar e tende para o esgotamento – acompanhando, aliás a mesma tendência dos seus principais clientes, ainda que, felizmente, a ritmo menos gravoso.

Nos últimos anos, a Lusa tem vindo a antecipar de forma positiva os caminhos que, na qualidade de grossista (na produção e distribuição de conteúdos editoriais) prenunciam a sua renovação e o papel de liderança que lhe cabe a montante dos media em geral.

Assim tem sido na digitalização generalizada dos conteúdos e, agora, na crescente produção multimédia que lhe permite servir melhor os seus clientes, apoiando-os no caminho que terão de fazer para a convergência de meios. Para responder aos requisitos do mercado e aos desafios de um novo modelo de negócio é preciso crescer, ou seja:

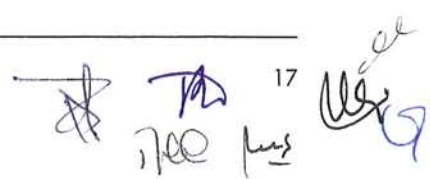
- requalificar recursos, aumentando a produção multimédia,
- distribuição para todas as plataformas,
- crescer na geografia e mercados de língua portuguesa,
- crescer em dinâmica comercial,
- crescer em capacidade tecnológica

E, nesse sentido a Lusa terá de, a curto prazo, procurar:

- novos clientes,
- novos produtos vendidos a clientes tradicionais,
- receitas novas em diferentes plataformas digitais,
- novas receitas obtidas nos mercados externos.

A Lusa entende o seu papel na projecção de identidade externa e no apoio aos clientes, nacionais e estrangeiros, e, por isso, deverá apostar em multiplicar a diversidade de produtos e de modelos de negócio, concebidos à medida dos interesses estratégicos do cliente, seja qual for o seu perfil e a sua geografia, encontrando assim novos patamares de receita em serviços com percepção de valor no mercado.

17



O baixo custo que o distribuidor permite, nos conteúdos, mas também nos projectos de futuro, enforma mais uma vez a verdadeira missão de serviço público, criando condições para a reconversão digital no mercado português e nos mercados globais de língua portuguesa, especialmente no caso dos PALOP e de Macau.

O Brasil deverá merecer, no curto prazo, uma abordagem específica, fixando-se também aí, como em todos os outros casos, o princípio basilar de obtenção de receita que permita uma aposta gradual e consistente de crescimento nesses mercados.

13. Análise económica e financeira

Situação Económico-Financeira

A análise económico-financeira que se apresenta sintetiza os resultados alcançados pela Lusa – Agência de Notícias de Portugal S.A. no ano de 2009 e a situação patrimonial e financeira no final do exercício.

Proveitos

O total de proveitos e ganhos ascendeu a 19,5 milhões de euros, o que traduz um acréscimo de 81 mil euros (+0,4%) relativamente a 2008, resultante, sobretudo, dos seguintes aspectos:

- Aumento de 290 mil euros nas prestações de serviços, por via do crescimento de 376 mil euros no contrato com o Estado e da diminuição de 87 mil euros no valor global das outras prestações de serviços;
- O acréscimo de 24 mil euros nos “Subsídios à Exploração”, por efeito do subsídio da Comissão Europeia atribuído no âmbito do Projeto eMPower;
- A diminuição de 63 mil euros observada

em proveitos e ganhos financeiros, decorrente dos decréscimos registados nos juros com depósitos a prazo, nos descontos de pronto pagamento obtidos, nas diferenças de câmbio favoráveis e nas diferenças de conversão;

- A redução de 175 mil euros verificada nos “Proveitos e Ganhos Extraordinários”.

Custos

O total de custos e perdas ascendeu a 18,7 milhões de euros, reflectindo um aumento de 549 mil euros (+3%), relativamente a 2008, que resultou das seguintes variações:

- Acréscimo de 256 mil euros (+6%) nos fornecimentos e serviços externos, sobretudo por efeito dos custos incorridos com correspondentes nacionais e colaboradores no estrangeiro e com comunicações e circuitos, neste caso, decorrente do aumento da largura de banda;
- Aumento de 669 milhares de euros (+5,7%) nos custos com o pessoal, por efeito do acréscimo de 2,5% na tabela salarial, das admissões e ajustamentos ocorridos no período, do crescimento registado nas ajudas de custo e da aplicação do novo Acordo de Empresa;
- Diminuição de 171 mil euros (-13,6%) nas amortizações e ajustamentos do exercício, explicada pelas reduções evidenciadas nas amortizações de imobilizações incorpóreas e equipamento básico (bens completamente amortizados) e pelo aumento registado em ajustamentos de dívidas a receber de clientes;
- Decréscimo de 234 mil euros (-48,8%) nos custos e perdas financeiros, como resultado da diminuição ocorrida nos juros com empréstimos bancários e leasing, efeito das amortizações de capital e da diminuição da taxa de juro.



Resultados

O resultado líquido foi positivo e na ordem dos 466 milhares de euros, por efeito de:

	(Milhares de Euros)		
RESULTADOS	2009	2008	08/2009
Operacionais	1.084	1.513	-429
Financeiros	-168	-339	171
Correntes	916	1.174	-258
Extraordinários	-172	37	-210
Antes de Impostos	743	1.211	-467
Líquidos	466	815	-348

Situação Patrimonial e Financeira

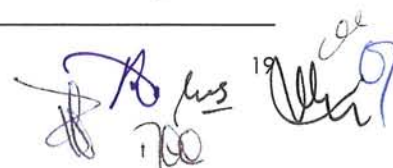
O activo líquido, na ordem dos 18 milhões de euros, registou um decréscimo de cerca de 345 milhares de euros em relação a 31 de Dezembro de 2008, explicado pela diminuição verificada nos activos por impostos diferidos, decorrente do imposto gerado no exercício e do desreconhecimento dos prejuízos fiscais não susceptíveis de utilização.

O capital próprio evidenciou um crescimento na ordem dos 93 milhares de euros, por efeito do resultado líquido do exercício, do ajustamento efectuado nos impostos diferidos relativos à reavaliação*, do desreconhecimento dos prejuízos fiscais não utilizáveis e da distribuição de dividendos.

A diminuição evidenciada pelo passivo, na ordem dos 437 mil euros, é explicada fundamentalmente pelos seguintes aspectos:

- Diminuição do endividamento bancário em 417 milhares de euros;
- Decréscimo de 47 mil euros nos acréscimos e diferimentos, como efeito do ajustamento efectuado nos passivos por impostos diferidos*.

* Decorrente da aplicação do disposto na Diretriz Contabilística n.º28 relativamente aos bens reavaliados não susceptíveis de amortização – Terrenos



Principais indicadores

<i>Indicadores económico-financeiros</i> (Unidade: Milhares de euros)	2009	2008	Δ% 09/08
Proveitos operacionais	19.303	18.984	2
Resultado operacional	1.084	1.513	-28
Resultado líquido	466	815	-43
Resultado líquido por acção (euro)	0,22	0,38	-43
VAB	14.606	14.550	0
Investimento	889	291	205
Margem Operacional	6%	8%	- 2 p.p.
Margem líquida	2%	4%	- 2 p.p.
VAB / Efectivo médio (euro)	53.503	53.888	-1
Activo líquido	17.988	18.333	-2
Capital próprio	8.283	8.191	1
Capital social	5.325	5.325	-
Rendibilidade do Capital Próprio (ROE)	6%	10%	- 4 p.p.
Liquidez Geral	196%	200%	- 4 p.p.
Autonomia Financeira	46%	45%	+ 1 p.p.
Solvabilidade	85%	81%	+ 4 p.p.
Cobertura do imobilizado	146%	149%	- 3 p.p.
<i>Recursos humanos</i>	2009	2008	Δ% 09/08
Número de trabalhadores a 31 de dezembro	288	288	0,00%
Jornalistas	219	218	0,46%
Administrativos	52	52	0,00%
Técnicos	9	10	-10,00%
Pessoal de apoio	8	8	0,00%
Efectivo médio	273	270	1,11%
Trabalhadores requisitados	6	9	-33,33%
<i>Produção de notícias</i>	2009	2008	Δ% 09/08
Áudio *	7.733	2.654	191,37%
Conteúdos mistos	20.082	295	6707,46%
Fotos	30.882	24.478	26,16%
Gráficos	139	6	2216,67%
Notícias texto	125.129	108.153	15,70%
Outros conteúdos texto *	6.030	7.353	-17,99%
Vídeos *	10.287	2.642	289,36%
SMS	10.454	9.915	5,44%
Total	210.736	155.496	35,53%

* Início da produção no 2º semestre de 2008;

Handwritten signatures and initials:
 - A signature in blue ink.
 - The initials "ms" and "700" in blue ink.
 - The initials "ce" in blue ink.

13.1. Demonstrações Financeiras e Anexos

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

	EXERCÍCIOS		EXERCÍCIOS		Notas	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
	2009	2008	2009	2008			2009	2008
ACTIVO								
Imobilizado:								
Imobilizações incorpóreas								
Despesas de instalação	219.472,78	219.472,78	-	-	36, 37 e 40	Capital próprio:	5.325.000,00	5.325.000,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	633.757,75	633.757,75	-	-	40	Capital	631.201,06	768.574,80
	848.230,53	848.230,53	-	-	40	Reservas de reavaliação	311.062,00	270.866,01
					40	Reservas legais	7.819.214,23	1.011.503,02
					40	Resultados transferidos	7.017.036,29	7.375.966,43
Imobilizações corpóreas:						Resultado líquido do exercício	686.306,10	614.667,86
Terrenos e recursos naturais	1.795.163,67	1.795.163,67	1.642.185,01	1.642.185,01			8.293.342,97	8.190.694,30
Edifícios e outras construções	8.180.349,15	1.658.956,82	6.526.392,33	6.236.917,61				
Equipamento básico	4.475.822,51	4.178.763,83	287.058,68	479.634,25				
Equipamento de transporte	313.879,59	287.163,31	26.694,25	54.682,22				
Ferramentas e utensílios	7.332,60	7.099,10	234,50	29.384,06				
Equipamento administrativo	484.400,23	475.581,80	18.818,44	29.384,06				
Outras imobilizações corpóreas	2.523.965,74	2.087.747,60	436.218,14	689.469,95				
Imobilizações em curso	80.101,50	80.101,50	48.101,50	48.101,50	34 e 51	Passivo:	109.975,96	109.975,96
	17.851.014,97	8.690.333,45	9.160.081,52	9.180.364,60		Provisões para riscos e encargos		
						Processos judiciais em curso		
Investimentos financeiros:						Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:		
Títulos e outras aplicações financeiras	80.000,14	-	80.000,14	80.000,14	48	Emprestimos bancários	5.017.291,50	5.404.566,96
	80.000,14	-	80.000,14	80.000,14	15	Fornecedores de mobilizado	106.359,05	80.373,13
					28	Estado e outros entes públicos	5.123.650,55	5.484.970,09
Circulante:						Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
Existências:						Descobertos		
Materiais primas, subsidiárias e de consumo	24.155,05	-	24.155,05	24.747,02		Fornecedores, conta corrente	331.768,38	286.652,42
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refulgos	2.958.200,43	668.639,74	2.289.360,69	2.348.524,65	48	Emprestimos bancários	387.305,46	417.474,14
	2.982.355,48	668.639,74	2.313.515,74	2.373.271,67		Outros empréstimos obtidos	3.101,48	3.118,13
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:						Adiantamentos de clientes	99.827,98	187.192,65
Clientes - Cobrança duvidosa	1.280.727,32	1.187.849,33	92.877,99	106.937,44	15	Fornecedores de mobilizado, conta corrente	1.567.615,13	1.556.520,14
Devedores e credores diversos - créditos	147.748,40	-	147.748,40	138.350,30	28 e 49	Estado e outros entes públicos	182.328,48	148.480,88
Outros devedores e credores - cobrança duvidosa	424,38	287,60	136,78	136,78		Outros credores	1.914,00	4.098,10
Dívidas de terceiros - Curto prazo	1.429.900,10	1.188.136,93	240.763,17	245.433,52		Clientes - conta corrente	2.273.860,91	2.603.536,47
Clientes, conta corrente	1.985.345,30	-	1.985.345,30	2.305.655,07	50	Acrescimos e diferimentos:		
Adiantamentos a fornecedores	1.864,01	-	1.864,01	2.238,60	50	Acrescimos de custos	1.714.231,49	1.700.979,06
Estado e outros entes públicos	187.347,40	-	187.347,40	193.469,40	6	Proveitos diferidos	5.959,48	3.064,86
Fornecedores, conta corrente	409,66	-	409,66	533,05		Passivos por impostos diferidos	177.087,25	239.713,51
Outros devedores	158.006,65	-	158.006,65	154.212,63			1.897.276,22	1.943.787,43
	2.333.573,02	-	2.333.573,02	2.656.328,70				
Depósitos bancários e caixa	1.846.586,43	-	1.846.586,43	1.440.014,15				
Depósitos bancários	55.343,93	-	55.343,93	55.566,37				
Caixa	1.903.930,37	-	1.903.930,37	1.484.447,78				
Acrescimos e diferimentos:						Total do passivo	9.704.805,64	10.142.269,95
Acrescimos de proveitos	1.620.429,24	-	1.620.429,24	1.620.989,19		Total do capital próprio e do passivo	17.988.148,11	18.332.924,25
Custos diferidos	334.155,60	-	334.155,60	314.414,67				
Ativos por impostos diferidos	1.952.684,16	-	1.952.684,16	2.301.945,03				
	9.636.583,98	-	9.636.583,98	11.350.540,65				
Total de amortizações	1.952.684,16	-	1.952.684,16	2.301.945,03				
Total de ajustamentos	11.350.540,65	-	11.350.540,65	13.332.924,25				
Total do activo	29.381.688,76	-	17.988.148,11	18.332.924,25				

O Conselho de Administração

Assim como a Assembleia Geral
Assim como a Assembleia Geral
Assim como a Assembleia Geral
Assim como a Assembleia Geral

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2009.

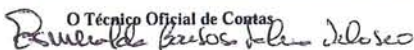
O Tesoureiro Oficial de Contas
Assim como a Assembleia Geral

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS

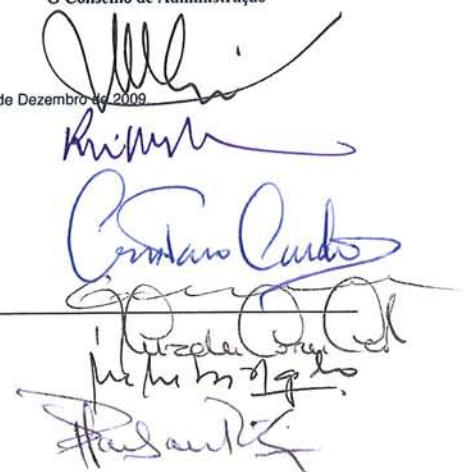
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	EXERCÍCIOS	
		2009	2008
CUSTOS E PERDAS			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:			
Materiais diversos	41	108.201,62	97.877,26
Fornecimentos e serviços externos		4.540.244,54	4.284.068,35
Custos com o pessoal:			
Remunerações - Órgãos sociais		152.748,75	146.756,58
Remunerações do pessoal		9.805.596,97	9.174.678,67
Encargos sociais e outros		2.414.529,22	2.382.867,08
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	903.816,55	1.186.917,47
Ajustamentos	21	181.210,95	68.859,59
Provisões	34	-	-
Impostos		89.092,93	91.131,55
Outros custos e perdas operacionais		23.669,78	37.656,46
A		18.219.111,32	17.470.813,00
Juros e custos similares:			
Juros suportados	45	149.271,02	399.902,89
Diferenças de câmbio desfavoráveis	45	17.921,16	18.788,43
Outros custos e perdas financeiras	45	79.123,55	61.974,08
Diferenças de conversão	45	-	-
C		246.315,73	480.665,39
Custos e perdas extraordinários	46	18.465.427,05	17.951.478,40
E		263.171,20	228.507,27
Imposto sobre o rendimento do exercício	6	18.728.598,24	18.179.985,67
G		276.811,07	395.878,00
Resultado líquido do exercício		19.005.409,31	18.575.863,67
		466.306,18	814.687,86
		19.471.715,49	19.390.551,53
PROVEITOS E GANHOS			
Prestações de serviços	44	19.200.540,89	18.911.006,53
Trabalhos para a própria empresa		-	-
Proveitos suplementares		12.842,76	12.492,96
Subsídios à exploração	3.g)	74.347,98	50.833,68
Reversões de amortizações e ajustamentos		-	-
Outros proveitos e ganhos operacionais		14.889,82	9.332,02
B		19.302.621,45	18.983.665,19
Outros juros e proveitos similares:			
Juros obtidos	45	6.547,95	19.400,75
Diferenças de câmbio favoráveis	45	12.526,62	21.975,70
Outros proveitos e ganhos financeiros	45	58.419,78	86.147,80
Diferenças de conversão	45	886,07	13.796,09
D		78.380,42	141.320,34
Proveitos e ganhos extraordinários	46	19.381.001,87	19.124.985,53
F		90.713,62	265.566,00
Resultado líquido do exercício:		1.083.510,14	1.512.852,18
Resultados operacionais: (B) - (A) =		(167.935,31)	(339.345,05)
Resultados financeiros: (D - B) - (C - A) =		915.574,82	1.173.507,13
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =		743.117,25	1.210.565,86
Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =		466.306,18	814.687,86

O Técnico Oficial de Contas


O Conselho de Administração



O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

	Nota 52	EXERCÍCIOS	
		2009	2008
Vendas e prestações de serviços		19.200.540,89	18.911.006,53
Custos das vendas e das prestações de serviços	a)	(12.191.106,64)	(11.604.185,74)
Resultados Brutos		7.009.434,26	7.306.820,78
Outros proveitos e ganhos operacionais		192.794,18	338.224,66
Custos de distribuição	b)	(711.367,28)	(771.177,83)
Custos administrativos	c)	(3.028.440,04)	(2.761.796,32)
Outros custos e perdas operacionais		(2.551.368,56)	(2.562.160,38)
Resultados Operacionais		911.052,56	1.549.910,92
Custo líquido de financiamento		(167.935,31)	(339.345,05)
Resultados Correntes		743.117,25	1.210.565,86
Imposto sobre os resultados correntes		(276.811,07)	(395.878,00)
Resultados Correntes Após Impostos		466.306,18	814.687,86
Resultados extraordinários		-	-
Imposto sobre os resultados extraordinários		-	-
Resultado líquido do exercício		466.306,18	814.687,86
Resultados por acção		0,22	0,38

O Técnico Oficial de Contas
Devesdo Pereira Alves Juliano

O Conselho de Administração

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por funções do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

13.2. Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2009

(Montantes expressos em euros)

Nota introdutória


A Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. (“Empresa”) é uma sociedade anónima, com sede em Lisboa, constituída em 31 de Julho de 1997 e que tem como actividade principal actuar como agência noticiosa, competindo-lhe assegurar uma informação factual, isenta, rigorosa e digna de confiança, prestando principalmente serviços de recolha de material noticioso ou de interesse informativo e o seu tratamento para difusão, divulgação do material recolhido, prestação ao Estado Português dos serviços de interesse público relativos à informação dos cidadãos e a prestação de serviços de telecomunicações de valor acrescentado no âmbito do exercício das actividades referidas, sendo esta actividade anteriormente desempenhada pela Agência Lusa de Informação – C.I.P.R.L., tendo a Empresa adquirido o estabelecimento comercial da referida cooperativa. Em 31 de Julho de 2007, a Empresa celebrou com o Estado Português um Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, mediante o qual a Empresa assume um conjunto de obri-

gações, nomeadamente quanto à manutenção de um determinado número de delegações, e é determinada a fórmula de remuneração da Empresa, através de uma indemnização compensatória a ser paga pelo Estado anualmente, em função dos serviços prestados pela Empresa ao abrigo do referido contrato. As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração é omitida neste anexo não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

3. Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:



25

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas, que compreendem as despesas de instalação e as despesas de investigação e de desenvolvimento, encontram-se registadas ao custo e são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de três anos.

b) Imobilizações corpóreas

Excepto no que se refere ao “Edifício Lusa”, sito em Lisboa, as imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3 - 10
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	8
Outras imobilizações corpóreas	3 - 8

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2000, a Empresa efectuou uma reavaliação livre das fracções detidas naquela data no “Edifício Lusa”, registadas nas rubricas “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções”, com base em avaliações do seu valor de mercado. Decorrente desta reavaliação a Empresa registou, naquela data, um aumento do activo, líquido de amortizações acumuladas, de 1.051.067,42 euros, bem como uma reserva de reavaliação no mesmo montante.

Como resultado das reavaliações efectuadas (Nota 13), as amortizações do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, foram aumentadas em 16.627 euros. Este montante não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de impos-

to sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC). Adicionalmente, as amortizações de exercícios futuros serão aumentadas em, aproximadamente, 646.052 euros (Nota 13).

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

d) Existências

As matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

Os subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos referem-se ao arquivo de texto e imagem adquirido em 1997 à Agência Lusa de Informação – CIPRL e cujo valor foi determinado naquela data com base numa avaliação do seu valor de mercado. Após aquela data, e até 31 de Dezembro de 2003 as entradas no arquivo foram valorizadas com base no valor da receita futura estimada, e que correspondeu a um valor unitário para os documentos de texto e imagem de, aproximadamente, 0,1196 euros e 1,20 euros, respectivamente.

Em 2005 a Empresa procedeu ao abate do arquivo de texto, por ser seu entendimento não existirem expectativas de benefícios económicos futuros, pelo que esta rubrica passou a respeitar apenas ao arquivo de imagem.

O ajustamento para depreciação de existências corresponde a 2% do valor do arquivo de

imagem existente no início de cada exercício, conforme recomendado na avaliação supra referida.

e) Ajustamento de dívidas a receber

Foi constituído um ajustamento para cobranças duvidosas de acordo com a expectativa de perdas a incorrer na cobrança das contas a receber.

f) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Nota 50).

g) Prestações de serviços (Indemnização compensatória)

A Empresa passou a registar a indemnização compensatória que lhe é atribuída para fazer face aos custos que incorre com serviços de interesse público, relacionados com o Contrato de Prestação de Serviço Público celebrado entre o Estado e a Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., na rubrica de “Prestações de serviços” do exercício a que dizem respeito, de acordo com o princípio de especialização dos exercícios (Nota 3.f)). Até ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, a indemnização compensatória era registada na rubrica “Subsídios à exploração” da demonstração dos resultados por naturezas e na rubrica “Outros proveitos e ganhos operacionais” da demonstração dos resultados por funções.

h) Impostos diferidos

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos, no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

i) Conversão de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes nas datas de cobrança, pagamento ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para euros das demonstrações financeiras de delegações, expressas em moeda estrangeira, foram incluídas na demonstração dos resultados nas rubricas de resultados financeiros. A conversão daquelas demons-


27
17/02/09

trações financeiras é efectuada considerando as seguintes taxas de câmbio: i) taxa de câmbio vigente à data do balanço para converter todos os activos e passivos monetários; ii) taxa de câmbio média do exercício para converter as rubricas da demonstração dos resultados; e iii) taxa de câmbio histórica para converter os activos e passivos não monetários e as rubricas de capital próprio.

j) Subsídios ao investimento de imobilizações

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento da aquisição de imobilizações, são registados como proveitos diferidos (Nota 50), na rubrica de acréscimos e diferimentos e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

l) Provisão para outros riscos e encargos

A provisão para outros riscos e encargos é determinada com base na estimativa que a Empresa e os seus advogados fazem dos riscos relacionados com a sua actividade.

m) Delegação do Brasil

Apesar de as operações da Empresa no Brasil se desenvolverem através de uma entidade que assume a forma jurídica de sociedade comercial, sob a denominação Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. (“Lusa Brasil”) e formalmente independente da Empresa, no entendimento desta, aquela entidade na substância corresponde efectivamente a uma delegação, que opera de forma similar às restantes delegações da Empresa, apenas tendo sido autonomizada juridicamente para cumprir os requisitos específicos da legislação brasileira. Consequentemente, a Empresa inte-

gra nas suas demonstrações financeiras as demonstrações financeiras da Lusa Brasil.

n) Subsídios à exploração

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para fazer face às operações desenvolvidas pela Empresa, são registados como proveitos na demonstração dos resultados na rubrica “Subsídios à Exploração” do exercício a que corresponde a sua atribuição independentemente do momento do seu pagamento.

4. Cotações utilizadas

O valor das dívidas a terceiros e destes à Lusa, em 31 de Dezembro, foi actualizado, quanto às representadas em moeda estrangeira, com base nas cotações nessa data e indicadas pelo Banco de Portugal.

Idêntico foi o critério seguido para a valormetria das disponibilidades existentes na mesma data em moeda estrangeira.

Os valores constantes das demonstrações financeiras da Sucursal do Brasil, expressos em Reais, foram convertidos para Euros com base na aplicação do método da taxa histórica.

Assim, e com base nesse método, temos que as taxas de câmbio utilizadas foram as seguintes:

	Euros	
Taxas Históricas:	2008	2009
Janeiro	0,385163502	0,32684011
Fevereiro	0,384231153	0,336870473
Março	0,389044507	0,331147758
Abril	0,364272184	0,342500942
Maió	0,390808191	0,354207991
Junho	0,394788788	0,365083422
Julho	0,394150802	0,367363433
Agosto	0,410627027	0,380025842
Setembro	0,416475782	0,377073906
Outubro	0,372731	0,38803306
Novembro	0,355922551	0,38794274
Dezembro	0,33845529	0,391144489
Taxa de fecho	0,33845529	0,391144489
Taxa média do ano	0,383055898	0,362352847

6. Impostos


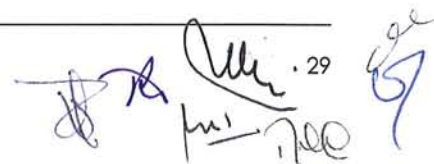
A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC, à taxa normal. Deste modo, a partir do exercício de 2009 e até ao limite de 12.500 euros de matéria colectável, aplica-se a taxa de 12,5% e ao excedente aplica-se a taxa de 25%. O valor do imposto pode ser incrementado até 1,5% sobre o valor do lucro tributável pela aplicação da derrama.

Nos termos do artigo 81.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2006 a 2009 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que, apesar de existirem práticas contabilísticas cujo enquadramento fiscal adoptado poderá ter uma interpretação diversa por parte da Administração Fiscal, as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 2008 os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a, aproximadamente, 1.449.768 euros, reportáveis até ao exercício de 2009. Considerando que no exercício de 2009 apenas foi utilizada parte dessa verba, a Empresa procedeu ao desconhecimento da restante, no montante de 647.925 euros.

A partir de 1 de Janeiro de 2004 a Empresa deixou de aplicar o regime previsto no Artigo 23.º do Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado (“IVA”), pelo facto do valor do contrato de prestação de serviços com o Estado ter passado a estar sujeito a IVA à taxa legal.



 29

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, a Empresa foi notificada pela Administração Fiscal a pagar, aproximadamente, 2.600.000 euros (excluindo juros e coimas), em resultado de revisões efectuadas em sede de IVA a determinadas transações ocorridas nos exercícios de 2001 e 2002. A Empresa, suportada no parecer dos seus advogados, recorreu daquelas notificações, por considerar que as mesmas não têm fundamento, não tendo para aquele efeito constituído qualquer provisão. Na data de preparação destas demonstrações financeiras ainda não é conhecido o desfecho desta situação.

Impostos diferidos

Conforme referido na Nota 3.h), o imposto sobre o rendimento do exercício foi apurado de acordo com o preconizado na Directriz Contabilística n.º 28. Na mensuração do custo de imposto, para além do imposto corrente determinado com base no resultado antes de imposto corrigido de acordo com a legislação fiscal, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado antes de imposto e o lucro tributável originadas no exercício ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data de balanço.

O montante de imposto, quer corrente, quer diferido, que resulte de transações ou eventos reconhecidos em reservas, é registado directamente nestas não afectando o resultado do exercício.

À data de balanço, os impostos diferidos são actualizados por eventuais alterações na taxa de tributação que se espera estar em vigor à data da sua reversão, bem como por even-

tuais alterações na legislação fiscal relevante. Tal como estabelecido na referida directriz, são apenas reconhecidos activos por impostos diferidos, sempre que exista razoável segurança de que possam vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro ou quando existam impostos diferidos passivos, cuja reversão seja expectável no mesmo exercício dos impostos diferidos a constituir. No cálculo dos impostos diferidos foi considerado o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis gerados nos exercícios anteriores que se consideram recuperáveis no período legal para a sua dedução.

a) Reconciliação da taxa de imposto

Resultado antes de impostos	743.117,25
Taxa nominal de imposto (i)	—
Débito de imposto esperado	195.363,57
Diferenças permanentes (ii)	11.742,03
Ajustamentos à colecta (iii)	69.705,47
Imposto sobre o rendimento do exercício	<u>276.811,07</u>
Imposto corrente (Nota 49)	81.766,28
Imposto diferido gerado no exercício	<u>195.044,79</u>
	<u>276.811,07</u>

(i) A empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC à taxa normal. Deste modo, a partir do exercício de 2009 e até ao limite de 12.500 euros de matéria colectável, aplica-se a taxa de 12,5% e ao excedente aplica-se a taxa de 25%. O valor do imposto pode ser incrementado até 1,5% sobre o valor do lucro tributável pela aplicação da derrama.

(ii) Em 31 de Dezembro de 2009, este montante tinha a seguinte composição:

Multas e outras penalidades	14.706,88
Outras situações líquidas	29.602,67
	44.309,55
Taxa nominal de imposto	26,5%
	<u>11.742,03</u>

(iii) Este montante representa a parcela de imposto relativa à tributação autónoma de certas despesas da Empresa, nos termos da legislação fiscal em vigor.

b) Movimento dos impostos diferidos

Rubricas	Saldo inicial	Constituição/ Reversão	Saldo final
Impostos diferidos ativos:			
Prejuízos fiscais reportáveis	362.442,06	(362.442,06) a)	—
Provisões não aceites fiscalmente	1.099,12	—	1.099,12
	363.541,18	(362.442,06)	1.099,12
Impostos diferidos passivos:			
Reservas de reavaliação	239.713,51	(62.626,26) b)	177.087,25
(a) Inclui:			
– Imposto diferido gerado no exercício:			(199.451,05)
– Ajustamento aos prejuízos fiscais utilizados em exercícios anteriores:			552,72
– Desreconhecimento dos prejuízos fiscais não utilizados:			(163.543,73)
			<u>(362.442,06)</u>
b) Inclui:			
– Imposto diferido gerado no exercício:			(4.406,26)
– Ajustamento decorrente do disposto na Diretriz Contabilística n.º 28 relativamente aos bens reavaliados não suscetíveis de amortização (Terrenos):			(58.220,00)
			<u>(62.626,26)</u>




 100 31

 07

7. Número médio de pessoal

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o número médio de pessoal foi de 273 e 270 empregados, respectivamente.

8. Despesas de investigação e desenvolvimento

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, tendo por base o acordo de extinção com a Pararede do contrato de fornecimento de hardware, software e de prestação de serviços para a implementação da "Solução Global da Redacção", de 2 de Janeiro de 2006, foram transferidas de imobilizado em curso para esta rubrica as despesas incorridas com as consultorias jurídica e de gestão do pro-

jecto, por existir a convicção da Empresa de que aquelas consultorias permitirão obter benefícios económicos futuros, nomeadamente com o desenvolvimento e implementação do novo projecto para a Redacção (Luna, implementado em 2007). No exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, as despesas de investigação e desenvolvimento ficaram completamente amortizadas.

10. Movimento do Activo Imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, foi o seguinte:

Activo bruto

	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	212.472,78	-	-	-	212.472,78
Despesas de investigação e desenvolvimento	633.757,75	-	-	-	633.757,75
	846.230,53	-	-	-	846.230,53
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	1.642.185,02	152.978,66	-	-	1.795.163,67
Edifícios e outras construções	7.721.413,22	458.935,93	-	-	8.180.349,15
Equipamento básico	4.392.344,73	93.710,38	-	(10.232,60)	4.475.822,51
Equipamento de transporte	327.543,32	-	(13.663,76)	-	313.879,56
Ferramentas e utensílios	6.343,10	989,50	-	-	7.332,60
Equipamento administrativo	498.017,22	6.975,15	-	(10.592,13)	494.400,23
Outras imobilizações corpóreas	2.361.015,25	162.950,49	-	-	2.523.965,74
	16.948.861,85	876.540,11	(13.663,76)	(20.824,73)	17.790.913,47
Imobilizações em curso:	48.101,50	12.000,00	-	-	60.101,50
Investimentos financeiros:					
Titulos e outras aplicações financeiras	80.000,14	-	-	-	80.000,14
	80.000,14	-	-	-	80.000,14

Amortizações acumuladas

	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	212.472,78	-	-	212.472,78
Despesas de investigação e desenvolvimento	633.757,75	-	-	633.757,75
	846.230,53	-	-	846.230,53
Imobilizações corpóreas:				
Edifícios e outras construções	1.484.495,61	169.461,21	0,00	1.653.956,82
Equipamento básico	3.912.710,48	275.490,86	(9.437,51)	4.178.763,83
Equipamento de transporte	272.881,10	27.967,97	(13.663,76)	287.185,31
Ferramentas e utensílios	6.343,10	755,00	-	7.098,10
Equipamento administrativo	468.653,16	13.909,21	(6.980,58)	475.581,80
Outras imobilizações corpóreas	1.671.515,30	416.232,30	-	2.087.747,60
	7.816.598,74	903.816,55	(30.081,84)	8.690.333,45

As rubricas “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções” englobam o custo de aquisição reavaliado (Nota 3.b)) e respectivas benfeitorias das frações do “Edifício Lusa” que foram cedidas a título definitivo pelo Estado Português pelo montante global de 2.982.811 euros, de acordo com o Auto de Cessão da Direcção-Geral do Património de 25 de Novembro de 1997 e de acordo com a Portaria n.º 995/97 de 26 de Novembro.

De acordo com a legislação supra referida, e nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 97/70 de 13 de Março, se aos bens cedidos não for dado o destino que justificou a cessão, ou se o cessionário culposamente deixar de cumprir qualquer condição ou encargo, o Secretário de Estado do Tesouro pode, ouvido o cessionário, ordenar a reversão dos bens cedidos, para o domínio do Estado, não tendo o cessionário direito, salvo caso de força maior, à restituição de importâncias pagas ou à indemnização por benfeitorias realizadas, sendo que o direito de reversão só pode ser exercido dentro de um ano, a contar do conhecimento oficial do facto que lhe deu causa. Em 31 de Dezembro de 2009 o valor líquido reavaliado das referidas fracções ascende a 6.526.392 euros (Nota 13).

13. Reavaliações de Imobilizações Corpóreas

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas e correspondente reavaliação em 31 de Dezembro de 2009, líquidos de amortizações acumuladas, é o seguinte:

	Custos históricos	Reavaliações	Valor contabilístico reavaliado
Terrenos e recursos naturais	1.575.465,64	219.698,03	1.795.163,67
Edifícios e outras construções	5.880.340,23	646.052,10	6.526.392,33
	7.455.805,88	865.750,12	8.321.556,00

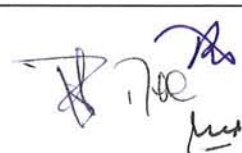
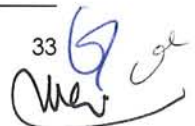
Como resultado da reavaliação livre (Nota 3.b)), as amortizações do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 foram aumentadas em 16.627 euros. Este montante não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). Adicionalmente, as amortizações de exercícios futuros serão aumentadas em, aproximadamente, 646.052 euros cujo montante não é aceite como custo para efeitos fiscais.

14. Imobilizações localizadas no estrangeiro

Em 31 de Dezembro de 2009, existiam localizadas no estrangeiro as seguintes imobilizações corpóreas:

Edifícios e outras construções	817.054,68
Equipamento básico	284.779,74
Equipamento de transporte	209.469,89
Ferramentas e utensílios	457,31
Equipamento administrativo	114.887,65
Outras imobilizações corpóreas	–
	<u>1.426.649,27</u>

Estas imobilizações corpóreas estão afectas às delegações da Empresa (Nota Introdutória).

15. Locação financeira

Em 31 de Dezembro de 2009, os bens adquiridos em regime de locação financeira são como segue:

	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido
Edifícios e outras construções	2.203.388,65	433.825,37	1.769.563,28
Equipamento básico	1.629.148,68	1.415.896,40	213.252,28
Equipamento de transporte	103.320,99	103.320,99	-
Equipamento administrativo	92.651,91	90.672,68	1.979,23
	<u>4.028.510,23</u>	<u>2.043.715,44</u>	<u>1.984.794,79</u>

Conforme indicado na Nota 3.c), a Empresa regista pelo método financeiro os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira. Em 31 de Dezembro de 2009, a Empresa registou na rubrica "Fornecedores de imobilizado - conta corrente" 211.884 euros correspondentes à conta a pagar às locadoras, dos quais 106.399 euros estão classificados a médio e longo prazo por se vencerem a mais de um ano.

Em 31 de Dezembro de 2009, as responsabilidades da Empresa como locatária, relativas a rendas vincendas, excluindo juros, em contratos de locação financeira, são como segue:

2010	105.485,45
2011	79.544,61
2012	26.854,44
	<u>106.399,05</u>
	<u>211.884,49</u>

21. Movimentos ocorridos nas rubricas do Activo Circulante

Os movimentos ocorridos nas rubricas do activo circulante foram os seguintes:

Activo bruto

	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo Final
Existências:				
Matérias primas, subs. e de consumo	24.747,02	-	(591,97)	24.155,05
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos:				
Documentos em arquivo - texto (Notas 3.d) e 40))	-	-	-	-
Documentos em arquivo - imagem	2.958.200,43	-	-	2.958.200,43
	<u>2.982.947,45</u>	-	(591,97)	<u>2.982.355,48</u>
Dívidas de terceiros:				
Cientes - C/Corrente	2.305.855,07	-	(320.509,77)	1.985.345,30
Cientes de cobrança duvidosa	1.172.739,78	107.987,54	-	1.280.727,32
Adiantamentos a fornecedores	2.238,60	-	(374,59)	1.864,01
Estado e outros entes públicos	193.489,40	-	(6.142,00)	187.347,40
Fornecedores - C/Corrente	533,05	-	(123,39)	409,66
Outros devedores:				
Pessoal	59.259,48	2.942,60	-	62.202,08
Devedores diversos	233.736,83	10.840,52	-	244.577,35
	<u>3.967.852,22</u>	<u>121.770,66</u>	<u>(327.149,75)</u>	<u>3.762.473,12</u>

Ajustamentos

	Saldo inicial	Aumentos	Reduções / Reversões	Utilizações	Saldo final
Ajustamentos de existências	609.675,78	59.163,96	-	-	668.839,74
Ajustamentos de dívidas a receber:					
Clientes	1.065.802,34	122.046,99	-	-	1.187.849,33
Outras dívidas de terceiros	287,60	-	-	-	287,60
	<u>1.675.765,72</u>	<u>181.210,95</u>	-	-	<u>1.856.976,67</u>

23. Dívidas de cobrança duvidosa

Em 31 de Dezembro de 2009, existiam dívidas de cobrança duvidosa registadas nas rubricas de “Clientes, conta corrente” e “Outros devedores” de 1.280.727 euros e 424 euros, respectivamente, que se encontravam provisionados em 1.187.849 euros e 288 euros, respectivamente.

25. Dívidas activas e passivas com o pessoal

Em 31 de Dezembro de 2009, a Empresa tinha as seguintes dívidas activas e passivas com o pessoal:

Saldos devedores	62.202,08
Saldos credores	22.017,15

28. Dívidas em mora com o Estado e outros entes públicos

Através de requerimento apresentado em 10 de Fevereiro de 1998, a Empresa efectuou o pedido de adesão ao Decreto-Lei n.º 124/96, de 10 de Agosto tendo o mesmo sido deferido por despacho de 4 de Maio de 1998, relativamente às dívidas de IVA do ano de 1992 e posteriormente de 1993, dado a Empresa ter assumido as responsabilidades fiscais da Agência Lusa de Informação – C.I.P.R.L. Estas dívidas ficaram regularizadas em Setembro de 2009.

30. Garantias reais prestadas pela Empresa

A Empresa assumiu, junto do Banco BPI, S.A., a obrigação de não alienação ou constituição

de quaisquer ónus ou encargos sobre os bens imóveis que a qualquer momento integrem o seu património, sem prévia autorização por escrito desta instituição financeira. Esta obrigação subsistirá, enquanto não se extinguirem todas as responsabilidades emergentes do contrato que lhe deu origem.

31. Responsabilidades assumidas e não reflectidas no Balanço

Como referido na Nota 10, caso a Empresa altere a utilização dada às fracções do “Edifício Lusa” cedidas pelo Estado, este poderá ordenar a sua reversão para o domínio privado do Estado, sem direito a reembolso ou indemnização pelos montantes pagos e benfeitorias realizadas pela Empresa.

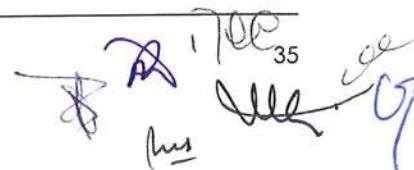
32. Garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2009, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como segue:

Clientes	57.881,48
Instituto de Apoio a Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (“IAPMEI”) (a)	488.856,85
Direção-Geral dos Impostos (b)	3.710.950,00
	<u>4.257.688,33</u>

a) Esta garantia respeita ao Contrato de Concessão de Incentivos Financeiros no âmbito do Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial (“SIME”) celebrado em 24 de Julho de 2001 com o IAPMEI, e destina-se a garantir o cumprimento do referido contrato, nomeadamente o reembolso dos incentivos nele previstos.

b) Esta garantia respeita ao processo de liquidação adicional de IVA relativo aos exercícios de 2001 e 2002 (Nota 6).

Adicionalmente, os empréstimos bancários (Nota 48) são garantidos por livranças em branco subscritas pela Empresa.

34. Movimento ocorrido nas provisões

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Provisões para outros riscos e encargos:				
Processos judiciais em curso	109.975,96	-	-	109.975,96

A provisão registada na rubrica "Provisão para outros riscos e encargos" destina-se a cobrir as perdas estimadas em processos judiciais em curso no Tribunal do Trabalho e foi determinada com base no julgamento que deles fez o Conselho de Administração e nas informações dos advogados da Empresa, quanto ao seu desfecho.

36. Composição do Capital

Em 31 de Dezembro de 2009 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 2.130.000 ações com o valor nominal de 2,5 euros, cada.

37. Identificação de pessoas colectivas com mais de 20% do capital

As seguintes pessoas colectivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 31 de Dezembro de 2009:

Nome	%	Montante
Estado – Direcção Geral do Tesouro e Finanças	50,14	2.670.000,00
Controlinveste Media SGPS, S.A.	23,36	1.243.550,00
Impresa – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	22,35	1.190.160,00

40. Movimento ocorrido nas rubricas de Capital Próprio

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 foi como segue:

	Saldo inicial	Impostos diferidos (Nota 6)	Aumentos	Aplicação de resultados	Distribuição de Dividendos	Regularizações	Saldo final
Capital	5.325.000,00	-	-	-	-	-	5.325.000,00
Prémios de emissão de acções	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de reavaliação	768.574,80	62.626,26	-	-	-	-	831.201,06
Reservas legais	270.886,61	-	-	40.734,39	-	-	311.621,00
Resultados transitados	1.011.505,02	(167.397,27)	-	773.953,47	(268.847,00)	-	1.349.214,23
Resultado líquido do exercício	814.687,86	-	466.306,18	(814.687,86)	-	-	466.306,18
	8.190.654,30	(104.771,01)	466.306,18	-	(268.847,00)	-	8.283.342,47



Reserva de reavaliação: Esta rubrica resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada com base em avaliações técnicas de peritos (Nota 3.b)). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos do capital da Empresa ou em outras situações especificadas na legislação.

De acordo com a deliberação da Assembleia-Geral Extraordinária da Sociedade, realizada em 30 de Novembro de 2006, foi efectuada a redução do Capital Social de 10.650.000,00 euros para 5.325.000,00 euros destinada a cobertura de prejuízos.

Por deliberação da Assembleia-Geral, realizada em 27 de Março de 2009, parte dos resultados líquidos do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 foram transferidos para as rubricas de "Resultados transitados" e "Reservas legais" e a verba remanescente distribuída aos accionistas como dividendos.

41. Custo das matérias consumidas

O custo das matérias consumidas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 foi determinado como segue:

	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	24.747,02
Compras	108.043,20
Regularização de existências	(433,55)
Existências finais	(24.155,05)
	<u>108.201,62</u>

43. Remuneração dos membros dos órgãos sociais

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 foram de:

Conselho de Administração	125.633,82
Conselho Fiscal	26.619,84
Assembleia Geral	495,09
	<u>152.748,75</u>

44. Prestações de serviços por actividade e mercados geográficos

As prestações de serviços no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 distribuem-se por mercado geográfico da seguinte forma:



 37

Mercado nacional	18.782.105,36
Mercado externo	418.435,53
	<u>19.200.540,89</u>

45. Demonstrações dos Resultados Financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 têm a seguinte composição:

	2009	2008
<u>Custos e perdas:</u>		
Juros suportados	149.271,02	399.902,89
Diferenças de câmbio desfavoráveis	17.921,16	18.788,43
Outros custos e perdas financeiras	79.123,55	61.974,08
Diferenças de conversão cambial (Nota 3.i)	-	-
	<u>246.315,73</u>	<u>480.665,39</u>
Resultados financeiros	(167.935,31)	(339.345,05)
	<u>78.380,42</u>	<u>141.320,34</u>
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Juros obtidos	6.547,95	19.400,75
Diferenças de câmbio favoráveis	12.526,62	21.975,70
Descontos de pronto pagamento obtidos	16.400,12	37.606,29
Outros proveitos e ganhos financeiros	42.019,66	48.541,51
Diferenças de conversão cambial (Nota 3.i)	886,07	13.796,09
	<u>78.380,42</u>	<u>141.320,34</u>

46. Demonstrações dos Resultados Extraordinários

Os resultados extraordinários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 têm a seguinte composição:

	2009	2008
<u>Custos e perdas:</u>		
Donativos	-	-
Dívidas incobráveis	-	30.044,86
Perdas em existências	433,55	441,72
Perdas em imobilizações	2.494,80	19,50
Multas e penalidades	71,12	157,23
Aumentos de amortizações	0,09	-
Correções relativas a exercícios anteriores	188.984,61	131.732,10
Outros custos e perdas extraordinários	71.187,03	66.111,86
	<u>263.171,20</u>	<u>228.507,27</u>
Resultados extraordinários	(172.457,58)	37.058,73
	<u>90.713,62</u>	<u>265.566,00</u>

Proveitos e ganhos:

Ganhos em existências	-	-
Ganhos em imobilizações	1.476,21	19.433,55
Reduções de provisões (Nota 34)	9,43	27.446,05
Correções relativas a exercícios anteriores	61.677,15	153.068,59
Outros proveitos e ganhos extraordinários	27.550,83	65.617,81
	<u>90.713,62</u>	<u>265.566,00</u>

48. Empréstimos

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 o detalhe dos empréstimos obtidos era o seguinte:

	2009		2008	
	Curto prazo	Médio e longo prazo	Curto prazo	Médio e longo prazo
Empréstimos bancários:				
Empréstimos internos	387.305,46	5.017.291,50	413.083,32	5.404.596,96
Empréstimos externos	-	-	4.390,82	-
Contas correntes caucionadas	-	-	-	-
	<u>387.305,46</u>	<u>5.017.291,50</u>	<u>417.474,14</u>	<u>5.404.596,96</u>
Outros empréstimos obtidos (a)	3.101,48	-	3.118,13	-
	<u>390.406,94</u>	<u>5.017.291,50</u>	<u>420.592,27</u>	<u>5.404.596,96</u>

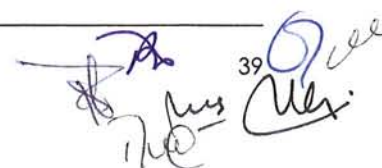
(a) A rubrica "Outros Empréstimos Obtidos" respeita a um incentivo financeiro reembolsável previsto no Contrato de Concessão de Incentivos Financeiros, celebrado em 24 de Julho de 2001 com o IAPMEI, no âmbito do Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial ("SIME"). O saldo em dívida a 31 de Dezembro de 2009 será reembolsado em 2010.

Em 31 de Dezembro de 2009, os empréstimos bancários tinham o seguinte plano de reembolso previsto:

2010	387.305,46
2011	<u>5.017.291,50</u>
	<u>5.404.596,96</u>

Em 31 de Dezembro de 2009, os empréstimos bancários venciam juros a taxas anuais compreendidas entre a Euribor a 1 mês acrescida de 0,5% e a Euribor a 1 mês acrescida de 2,5%, e estavam garantidos por livranças em branco subscritas pela Empresa.

Em 31 de Dezembro de 2009 os créditos bancários obtidos e não sacados ascendiam 12.210.968 Euros.

 39

49. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2009, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

Saldos devedores:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas:	
Pagamentos por conta	184.561,22
Retenções na fonte	2.786,18
	<u>187.347,40</u>

Saldos credores:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas	
Singulares - retenções na fonte	253.238,08
Imposto sobre o Valor Acrescentado	783.874,15
Imposto sobre o Valor Acrescentado – Plano Mateus (Nota 28)	-
Contribuições para a Segurança Social	102.410,67
Caixa de Previdência dos Jornalistas	339.663,22
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas:	
Estimativa de imposto (Nota 6)	81.766,28
Outros	6.662,73
	<u>1.567.615,13</u>

50. Acréscimos e diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2009, os saldos destas rubricas tinham a seguinte composição:

Acréscimos de proveitos:

Prestações de serviços	-
Subsídio relativo às delegações de Jacarta, Díli, Macau e Pequim (a)	1.629.204,24
Outros	(8.775,00)
	<u>1.620.429,24</u>

Custos diferidos:

Juros vincendos	-
Outros	334.155,80
	<u>334.155,80</u>

Acréscimos de custos:

Remunerações a liquidar	1.569.640,83
Outros	144.590,66
	<u>1.714.231,49</u>

Proveitos diferidos:

Subsídios ao investimento (Nota 3.j))

-

Outros

5.959,48

5.959,48

(a) Este montante respeita à comparticipação a receber pela Empresa pela manutenção de delegações em Jacarta, Dili, Macau e Pequim nos anos de 1999 e 2000, e que a partir de 2001 passaram a integrar o Contrato de Prestação de Serviço Público, conforme Ofício n.º 1530/00 de 31 de Outubro de 2000 do Gabinete do Secretário de Estado da Comunicação Social.

51. Contingências

Em 31 de Dezembro de 2009, encontram-se a decorrer contra a Empresa diversas acções interpostas por terceiros, que reclamam um total de 2.953.617 euros (incluindo o processo em sede de IVA descrito na Nota 6), cujos montantes e desfechos não são conhecidos à data de preparação das demonstrações financeiras. Na opinião do Conselho de Administração e dos advogados da Empresa, não se prevê que dessas acções venham a resultar responsabilidades de valores significativos, que não se encontrem cobertas por provisões registadas nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009 (Nota 34).

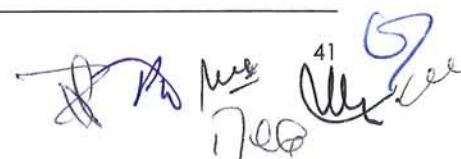
52. Notas explicativas à Demonstração dos Resultados por Funções

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, na elaboração desta demonstração, foram seguidos os seguintes critérios:

a) A rubrica "Custo das prestações de serviços" da demonstração dos resultados por funções ("DRF") inclui diversas rubricas da demonstração de resultados por naturezas ("DRN"), nomeadamente: "Fornecimentos e serviços externos", "Custo das existências vendidas, consumidas ou exibidas" e "Custos com o pessoal".

b) A rubrica "Custo de distribuição" da DRF inclui diversas rubricas da DRN, nomeadamente: "Fornecimentos e serviços externos" e "Custos com o pessoal" relacionadas com a área comercial.

c) A rubrica de "Custos administrativos" da DRF inclui diversas rubricas da DRN, nomeadamente: "Fornecimentos e serviços externos" e "Custos com o pessoal" relacionadas com a área administrativa e financeira.

 17/09

53. Caixa e seus equivalentes

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os componentes de caixa e seus equivalentes tinham a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Caixa	55.343,93	55.566,37
Depósitos à ordem	268.586,43	330.014,15
Depósitos a prazo	<u>1.580.000,00</u>	<u>1.110.000,00</u>
	<u>1.903.930,37</u>	<u>1.495.580,53</u>

O Técnico Oficial de Contas

Rui Mendes Soares

O Conselho de Administração

[Signature]

[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]

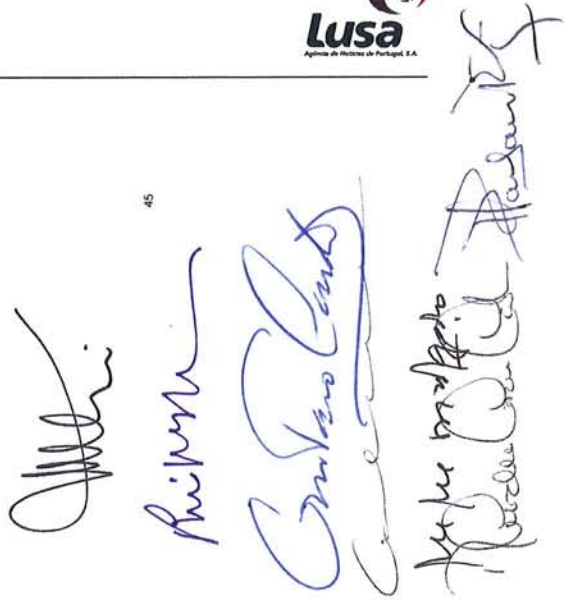
DEMONSTRAÇÃO DA VARIACÃO DOS FUNDOS CIRCULANTES
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em Euros)

Aumentos das Existências: Matérias primas, subsidiárias e de consumo Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	-	591,97	591,97
Aumentos das Dividas de Terceiros a Curto Prazo: Clientes - C/Corrente Adiantamentos a fornecedores Estado e outros entes públicos Fornecedores - C/Corrente Outros devedores e credores Acréscimos e diferimentos	-	-	24.135,15	320.509,77	366.002,00
Diminuições das Dividas a Terceiros a Curto Prazo: Fornecedores - C/Corrente Empréstimos bancários Outros empréstimos obtidos Estado e outros entes públicos Outros devedores e credores Clientes - C/Corrente Acréscimos e diferimentos	30.168,68	16,65	-	45.115,96	106.175,60
Aumentos das Disponibilidades: Depósitos bancários Caixas	408.572,28	-	-	222,44	222,44
Diminuição dos Fundos Circulantes	-	-	185.073,97	-	800.141,76
			<u>800.141,76</u>		<u>800.141,76</u>

O Técnico de Contas,
Assimundo Soares Silva Delgado

O Conselho de Administração,



O anexo faz parte integrante da variação dos fundos circulantes em 31 de Dezembro de 2009.

DEMONSTRAÇÃO DA ORIGEM E DA APLICAÇÃO DE FUNDOS
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
 (Montantes expressos em Euros)

O R I G E M		A P L I C A Ç Ã O	
Internas:		Diminuição dos capitais próprios:	
Resultado líquido	466.306,18	Capital	-
Amortizações do exercício	903.816,55	Premios de emissão de ações	-
Regularização de amortizações	20,66	Reservas	-
Variação de provisões e de ajustamentos:		Resultados transitados	436.244,27
Ajustamentos de dívidas a receber	122.046,99		
Ajustamentos de existências	59.163,96	Movimentos financeiros a Médio e Longo Prazo:	
Provisões para processos judiciais em curso	-	Aumentos das dívidas de terceiros a médio e longo prazo:	
		Clientes de cobrança duvidosa	107.987,54
Externas:		Outros devedores e credores	9.389,10
Aumentos dos capitais próprios:			
Reservas	62.626,26	Diminuições das dívidas a terceiros a médio e longo prazo:	
Resultados transitados	-	Empréstimos bancários	387.305,46
		Fornecedores de imobilizado - C/Corrente	0,00
Movimentos financeiros a médio e longo prazo:		Estado e outros antes públicos	0,00
Diminuições das dívidas de terceiros a médio e longo prazo:			
Outros Devedores e Credores	0,00	Aumentos de Imobilizações:	
Aumentos das dívidas a terceiros a médio e longo prazo:		Imobilizado incorpóreo:	
Fornecedores de imobilizado - C/Corrente	26.025,92	Despesas de investigação e desenvolvimento	152.978,66
		Imobilizado corpóreo	458.935,93
Diminuições de Imobilizações:		Terrenos e recursos naturais	93.710,38
Alienações e abates:		Edifícios e outras construções	-
Imobilizado corpóreo:		Equipamento básico	889,50
Equipamento básico	774,52	Equipamento de transporte	6.975,15
Equipamento de transporte	0,00	Ferramentas e utensílios	162.850,49
Equipamento administrativo	3.811,46	Outras imobilizações corpóreas	-
Outras imobilizações corpóreas	-	Imobilizações em curso:	12.000,00
Diminuição dos fundos circulares	185.073,97		1.829.466,47
	1.829.466,47		

O Conselho de Administração,

Osvaldo Soares Jesus
 O Técnico de Contas,

[Assinatura]

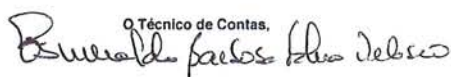
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008


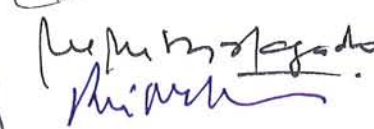
(Montantes expressos em Euros)

	EXERCÍCIOS	
	2009	2008
Actividades operacionais:		
Recebimentos de clientes	19.598.263,27	19.127.888,41
Pagamentos a fornecedores	(4.684.933,30)	(4.985.172,48)
Pagamentos ao pessoal	(12.297.168,57)	(11.660.408,26)
Fluxos gerados pelas operações	2.616.161,40	2.482.307,66
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(81.766,28)	(86.144,07)
Outros pagamentos/recebimentos relativos à actividade operacional	(179.054,61)	(879.827,53)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	2.355.340,50	1.516.336,06
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	90.713,62	265.566,00
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	(263.171,20)	(228.507,27)
Fluxos das Actividades Operacionais (1)	2.182.882,93	1.553.394,79
Actividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	-	-
Imobilizações corpóreas	4.406,64	8.487,57
Imobilizações incorpóreas	-	-
Juros e proventos similares	6.547,95	19.400,75
Dividendos	-	-
Outros	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	-	-
Imobilizações corpóreas	(870.306,40)	(263.434,10)
Imobilizações incorpóreas	-	-
Outros	-	-
Fluxos das Actividades de Investimento (2)	(859.351,81)	(235.545,78)
Actividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	-	-
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	-	-
Subsídios e doações	-	-
Venda de acções (quotas) próprias	-	-
Outros	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(417.490,79)	(660.581,34)
Amortização de contratos de locação financeira	(79.572,47)	(331.512,18)
Juros e custos similares	(149.271,02)	(399.902,89)
Dividendos	(268.847,00)	-
Redução de capital e prestações suplementares	-	-
Aquisição de acções (quotas) próprias	-	-
Outros	-	-
Fluxos das Actividades de Financiamento (3)	(915.181,28)	(1.391.996,41)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	408.349,84	(74.147,40)
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.495.580,53	1.569.727,92
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.903.930,37	1.495.580,53

 O Técnico de Contas,


 O Conselho de Administração,


O anexo faz parte integrante da demonstração da demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2009

Anexo à Demonstração de Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2009
(Montantes expressos em euros)

2. Discriminação dos Componentes de Caixa e seus Equivalentes

	Euros	
	2009	2008
Numerário:	55.343,93	55.566,37
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis:	1.848.586,43	1.440.014,15
Equivalentes a caixa:		
Caixa e seus equivalentes		
Outras disponibilidades		
Disponibilidades constantes do balanço:	1.903.930,37	1.495.580,53

3. Informação Respeitante à Atividade Financeira Não Monetária

a) Montante dos créditos bancários obtidos e não sacados

	Euros	
	2009	2008
Montante dos créditos bancários obtidos e não sacados:	12.210.968,46	16.210.968,46

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Rui Mendes Soares Teles de Sousa

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

14. Proposta de aplicação dos resultados

Para o Resultado Líquido do Exercício de 2009, no montante de 466.306,18 euros, o Conselho de Administração propõe:

- Nos termos do n.º 1 do art. 295.º do Código das Sociedades Comerciais, a transferência de 23.315,31 euros para Reservas Legais;
- A transferência de 442.990,87 euros para Resultados Transitados.

B - RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

No cumprimento da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, o Conselho de Administração presta informação, dos aspectos mais salientes relativos ao Governo da Sociedade, conformes com as orientações emanadas da Direção-Geral do Tesouro e das Finanças.

Enquadramento regulamentar

Além da legislação em geral aplicável às sociedades comerciais e do regime jurídico do setor empresarial do Estado, a Lusa está sujeita a regulamentos próprios pelo facto de se inserir no setor da Comunicação Social.

As principais referências regulamentadoras são identificadas no ponto 4 deste relatório, página 10 e, nas secções correspondentes, são expostos em detalhe os objectivos estratégicos, o posicionamento, a visão, a missão e os valores que guiam a actividade da Lusa (página 11).

Objectivos do exercício de 2009

Os objectivos para o exercício de 2009 foram fixados no Plano de Actividades.

O Conselho de Administração considera que foram plenamente atingidos os principais

objectivos de curto prazo, definidos para o exercício de 2009, designadamente:

1. Manutenção da importância nacional e a credibilidade da Agência e melhorar e consolidar a produção e a distribuição dos conteúdos noticiosos, no respeito das obrigações decorrentes do Contrato de Serviço Público e correspondendo com eficácia e tempestividade às necessidades e à evolução dos mercados, nomeadamente às dos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais e das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo.
2. Prossecução dos esforços tendentes a ampliar a presença e a acção da Agência no espaço lusófono, potenciando os acordos de cooperação e as parcerias já estabelecidas ou a estabelecer com as agências noticiosas dos países da CPLP e estando atenta às oportunidades de venda dos seus serviços nesse espaço.
3. Consolidação das alterações organizativas levadas a cabo no último ano, efectuando os ajustamentos que se revelarem necessários, e rentabilizar a actividade da Agência.
4. Consolidação do conceito de agência multimédia respondendo às crescentes solicitações dos mercados interno e externo, man-



- tendo o rumo de alargamento às delegações e à rede de correspondentes da capacidade de produção integrada de serviços de texto, imagem e som, prosseguindo para isso o programa de formação iniciado em 2008.
5. Potenciação dos investimentos tecnológicos realizados, nomeadamente da nova plataforma de produção e distribuição de conteúdos, apostando nos canais web e desenvolvendo áreas autónomas de distribuição de novos conteúdos multimédia, nomeadamente conteúdos vídeo.
 6. Alargamento das ações de cooperação e as parcerias com outras agências, quer para o desenvolvimento de plataformas tecnológicas comuns, nomeadamente através dos projetos MINDS, CASAM e eMPower, quer na área da produção e distribuição de conteúdos.

Transacções relevantes com entidades relacionadas

A Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S. A. tem uma participação na EPA – European Pressphoto Agency de quatro ações no valor nominal de 20.000 euros cada, que representam 1,95% do capital.

Não se verificaram transacções relevantes.

Procedimentos adoptados em matéria de aquisição de bens e serviços

Todas as aquisições são objecto de um processo de compra organizado pelo Serviço de Compras e Económico, integrado na Direcção Administrativa e Financeira.

O processo de compra inicia-se pela consulta ao mercado que é dirigida a pelo menos três potenciais fornecedores. Para aquisições de valor igual ou superior a 500 euros é obrigatória a obtenção de pelo menos três propostas escritas dos potenciais fornecedores.

Universos das transacções que não tenham ocorrido em condições de mercado

Não ocorreram.

Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de esta percentagem ultrapassar 1Me)

Apenas um fornecedor teve vendas à Lusa cujo valor ultrapassava simultaneamente os 5% do total de fornecimentos e serviços externos e um valor de vendas superior a 1Me: a PT Prime com prestação de serviços de comunicações e alojamento e manutenção de sistemas avaliada em 1.147.898,06 euros.

Modelo de governo, identificação e remunerações dos membros dos órgãos sociais

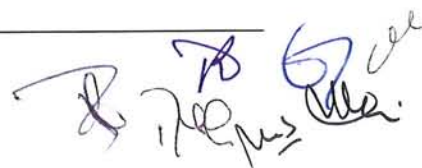
Os corpos sociais da Lusa eleitos em Assembleia-Geral de Accionistas realizada no dia 31 de Março de 2006, cessaram funções na assembleia-geral de accionistas de 27 de Março de 2009 que elegeu os atuais corpos sociais.

O Conselho de Administração eleito em assembleia-geral de accionistas é integrado por um presidente, que desempenha também as funções de administrador-delegado e é o único membro executivo; um vice-presidente e cinco vogais, não executivos.

O Conselho Fiscal é constituído por três membros, sendo um deles Revisor Oficial de Contas.

A Mesa da Assembleia-Geral é composta por um presidente, um vice-presidente e um secretário.

A identificação dos membros dos órgãos sociais eleitos para o mandato correspondente ao triénio 2009-2011, respectivas funções e responsabilidades no âmbito da empresa,



bem como as remunerações auferidas em 2009, correspondentes ao exercício do presente mandato e do anterior, conforme os valores estabelecidos pela Comissão de Fixação de Remunerações da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S. A., em reunião realizada no dia 18 de Setembro de 2006, são como a seguir se indica:

Mesa da Assembleia-Geral

Dra. Teresa Isabel Carvalho Costa,
 Presidente: 275,22 euros.
 Dr. José Manuel Pessoa Amorim Durão,
 Vice-Presidente: 219,87 euros.
 Dr. José Pedro Barbosa Berhan da Costa,
 Secretário: 000,00 euros.

Conselho de Administração

Dr. Amável Afonso Barata Camões,
 Presidente (Administrador Delegado):
 83.102,83 euros.
 Prof. Dr. Gustavo Alberto Guerreiro Seabra
 Leitão Cardoso, Vice-Presidente:
 4.550,00 euros.
 Prof. Dr. Rui Manuel Sobral Centeno,
 Vogal: 2.700,00 euros.
 Dra. Maria de Lurdes Pereira Moreira
 Correia de Castro, Vogal: 4.200,00 euros.
 Gabino José Durão Ferreira de Oliveira,
 Vogal: 2.100,00 euros.
 Dr. Rogério Paulo de Saldanha Pereira
 Vieira, Vogal: 4.200,00 euros.
 Dra. Maria Margarida Zapico Ruivo
 Baptista de Carvalho Salgado,
 Vogal: 3.900,00 euros.

Conselho Fiscal

Dra. Maria Leonor Saldanha Pereira
 Carreira da Cunha Torres, Presidente:
 14.788,04 euros.
 Dr. João António Oliveira Pires,
 Vogal: 11.831,80 euros.

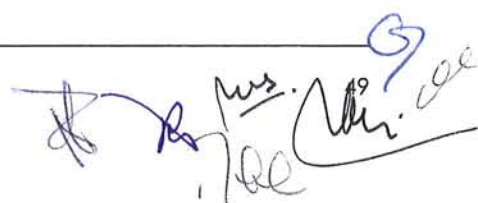
Vítor Almeida & Associados, SROC, Lda.,
 ROC Efectivo: 15.750,00 euros.

O Presidente do Conselho de Administração (PCA), Dr. Amável Afonso Barata Camões recebeu, ainda, ajudas de custo no montante de 1.660,28 euros, no âmbito de deslocações efectuadas ao serviço da empresa; e as despesas com a viatura ascenderam a 3.012,40 euros. O PCA tem atribuído um plafond anual de 6.000 litros de combustível, tendo consumido 3.189,73 litros a que correspondeu a despesa de 3.335,06 euros. As despesas efectuadas com o cartão de crédito da empresa no exercício das suas funções, em 2009, ascenderam a 3.432,63 euros.

Relativamente aos membros cessantes dos órgãos sociais eleitos para o mandato de 2007-2009, o Presidente do Conselho de Administração, Dr. José Manuel dos Reis Barroso, Presidente (Administrador Delegado) auferiu em 2009 remunerações no montante de 34.120,76 euros.

O Presidente do Conselho de Administração, Dr. José Manuel dos Reis Barroso recebeu, ainda, ajudas de custo no montante de 482,00 euros, no âmbito de deslocações efectuadas ao serviço da empresa e as despesas com a viatura de serviço que lhe estava afecta foram de 1.631,13 euros (viatura contratada em Abril de 2008 ao abrigo de contrato de aluguer operacional com a duração de três anos). O preço de venda ao público da viatura era, à data do início do contrato de aluguer, de 25.523,71 euros.

O Dr. José Manuel dos Reis Barroso tinha atribuído um plafond anual de 2.400 litros de combustível, tendo consumido 608,28 litros, a que correspondeu a despesa de 758,02 euros. As despesas efectuadas com o cartão de crédito da empresa no exercício das suas funções, em 2009, ascenderam a 4.291,70 euros.



Por seu turno, o vogal do Conselho de Administração Dr. José Clemente Gomes, auferiu em 2009 remunerações no valor de 1.200,00 euros.

O regime de previdência aplicável é o do Regime Geral da Segurança Social.

Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental

O Conselho de Administração manteve o rumo prosseguido nos exercícios anteriores visando a recuperação económica e financeira da sociedade, alicerçada no rigor da gestão, na contenção de custos e no aumento de proveitos.

O Plano de Actividades definiu um conjunto de objectivos principais para o exercício de 2009, traçou acções a médio e curto prazo e precisou os objectivos sectoriais para as diferentes áreas de estrutura da Agência.

O Conselho de Administração considera que foram plenamente atingidos os principais objectivos de curto prazo, definidos para o exercício que ora finda.

Tiveram menor concretização, ou esperam melhor oportunidade em função das condições de mercado, alguns outros objectivos traçados para o exercício, conforme exposto nas secções correspondentes do relatório de gestão.

Responsabilidade social

A Lusa mantém um protocolo com a CAIS – Associação de Solidariedade Social, desde 1 de Janeiro de 2007, através do qual, nomeadamente, garante apoio à instituição na edição da revista Cais com cedência gratuita de fotografias, notícias e reportagens; colaboração na implementação da Agência de

Comunicação CAIS e na produção de conteúdos de uma revista de actualidade.

No seu portal de notícias e no site que mantém no Brasil a Agência disponibiliza um serviço de notícias aberto ao público em geral visando uma informação de base sobre a actualidade nacional e internacional.

Avaliação sobre o grau de cumprimento dos Princípios de Bom Governo

A Lusa adota os princípios de Bom Governo e cumpre as disposições da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, sobre esta matéria.

C - RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

Nos termos do mandato que nos foi conferido e em cumprimento do disposto na alínea g) do nº 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos elaborar um Relatório Anual e emitir o nosso Parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações dos Resultados, por Naturezas e por Funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e os respectivos Anexos, bem como sobre a Proposta de Aplicação de Resultados, apresentados pelo Conselho de Administração da **LUSA – AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

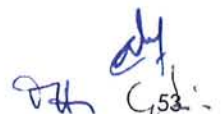
O Conselho Fiscal efectuou, ao longo do exercício de 2009, reuniões mensais para análise da evolução da gestão e acompanhamento da actividade da Sociedade.

Sempre que necessário, por sua iniciativa ou por solicitação do Presidente do Conselho de Administração, reuniu ainda com este Órgão ou com o seu Presidente, onde foram debatidos os assuntos mais relevantes decorrentes da evolução dos negócios da Lusa.

Na realização do seu trabalho, o Conselho Fiscal solicitou, e obteve, o esclarecimento das questões que suscitou, sendo de destacar a colaboração que teve por parte dos Serviços da Lusa, dos seus responsáveis e dos membros do Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal procedeu igualmente à elaboração de Relatórios Trimestrais, suportados nos trabalhos de auditoria desenvolvidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que integra este Órgão, onde expressou a síntese das acções desenvolvidas, dos quais foi dado conhecimento ao Conselho de Administração e aos Senhores Accionistas.

No âmbito do processo de encerramento das contas do exercício, o Conselho Fiscal analisou o Relatório de Gestão e os demais Documentos de Prestação de Contas apresentados pelo Conselho de Administração, tendo procedido às verificações e obtenção de esclarecimentos que entendeu convenientes.



O Relatório de Gestão enfatiza os aspectos mais relevantes da actividade da Lusa ao longo do exercício, destacando a assunção plena da sua vocação global como agência multimédia, através dos formatos de texto, fotografia, vídeo e som, disponibilizados a Clientes sediados em todos os continentes, bem como o reforço da sua cobertura geográfica, quer em termos do território nacional quer a nível internacional.

Merece ainda destaque no Relatório do Conselho de Administração o aumento expressivo do nível de actividade, sobretudo quando avaliada em termos da produção noticiosa da Agência, em todos os formatos disponíveis, comparativamente com o ano transacto.

Relativamente à situação económica e financeira, a Lusa continua a evidenciar uma exploração equilibrada, com rentabilidade positiva, não obstante a quebra ocorrida, quer ao nível do EBITDA, com menos 26%, quer do próprio resultado líquido, com menos 43%, comparativamente ao exercício de 2008.

Para esta evolução desfavorável foram determinantes o aumento de 669 milhares de euros ocorrido ao nível dos Custos com Pessoal (mais 5,7%), bem como de 256 milhares de euros nos Fornecimentos e Serviços Externos (mais 6,0%), enquanto o total de proveitos cresceu apenas 81 milhares de euros (0,4%).

Por outro lado, acentuou-se o nível de dependência da actividade da Lusa relativamente ao Contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público celebrado com o Estado, representando esta origem de proveitos cerca de 77% do total dos proveitos gerados no exercício pela Agência.

Em termos globais, o Relatório de Gestão responde às exigências legais aplicáveis, divulgando de forma adequada a evolução da actividade da Lusa. Contempla igualmente, em ponto autónomo, um capítulo relativo ao Governo Societário, dando assim cumprimento ao disposto no nº 29 da RCM nº 49/2007, de 28 de Março.

Os demais documentos de prestação de contas foram auditados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que integra o Conselho Fiscal, a qual emitiu a Certificação Legal das Contas, com a qual se concorda.

Tal como expresso na Certificação Legal das Contas, persistem algumas situações de incerteza susceptíveis de afectar as demonstrações financeiras apresentadas, quer no que se refere ao esclarecimento dos direitos decorrentes de créditos registados sobre entidades públicas, quer relativamente à decisão final sobre os recursos judiciais apresentados na sequência das liquidações adicionais de IVA efectuadas pela Administração Fiscal.

Adicionalmente, a Certificação Legal das Contas expressa ainda um desacordo face à sobreavaliação da valorização do arquivo de imagem, face ao reduzido potencial de geração de receitas líquidas futuras.

Face ao exposto e tendo em consideração que os documentos de prestação de contas devem ser lidos em conjugação com o teor da Certificação Legal das Contas, com a qual concordamos, somos de parecer que os Senhores Accionistas da **LUSA – AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A.**

- (a) Aproveem o Relatório de Gestão e os demais Documentos de Prestação de Contas, referentes ao exercício de 2009, apresentados pelo Conselho de Administração;
- (b) Apreciem a Proposta de aplicação de resultados expressa pelo Conselho de Administração no seu Relatório de Gestão, a qual está em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis. Contudo, dado que esta proposta não contempla qualquer montante a título de distribuição de dividendos, a sua aprovação carece de votação favorável por uma maioria representativa de três quartos dos votos correspondentes ao capital social, de acordo com o n.º 1 do artigo 294.º do Código das Sociedades Comerciais;
- (c) Procedam à apreciação geral da Administração e da Fiscalização da Sociedade, nos termos previstos no artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 11 de Março de 2010

O Conselho Fiscal



Maria Leonor Saldanha Pereira Carreira da Cunha Torres
Presidente



João António Oliveira Pires



Vitor Manuel Batista de Almeida, em representação de
Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda.

D - CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **LUSA – AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009, (que evidencia um total de balanço de 17.988.148 euros e um total de capital próprio de 8.283.342 euros, incluindo um resultado líquido de 466.306 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Excepto quanto ao descrito nos parágrafos 7 e 8, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

7. Encontram-se posicionados em Acréscimos de Proveitos o montante de 1.629.204 euros, referentes a despesas suportadas pela Lusa com as Delegações de Jacarta e Dili, em 1999 e 2000, e de Macau e Pequim, em 2000, que a Lusa entende que foram assumidas "na sequência de instruções políticas dadas pela tutela e da quais não existe suporte documental substantivo", não obstante a existência do compromisso da então Secretaria de Estado da Comunicação Social de que tais encargos seriam incluídos no contrato-programa a assinar entre a Lusa e o Estado, o que efectivamente veio a suceder, mas só para os encargos de 2001 e seguintes, exceptuando Jacarta.

Àquele montante acresce ainda a dívida de uma Entidade Pública, no montante de 177.548 euros, posicionada em contas a receber, relativa a serviços prestados a entidades dos PALOP, na maioria das situações associados a protocolos de cooperação entre o Estado Português e as Republicas de Cabo Verde e da Guiné Bissau, cuja origem remonta a 2004.



De acordo com um relatório elaborado pela Inspeção-Geral de Finanças em 2006, não existem elementos contratuais que suportem os créditos reclamados, admitindo-se que a realização dos serviços que lhe estão associados tenha sido determinada por razões eminentemente políticas. Naquele relatório reconhece-se, no entanto, que alguns créditos de natureza idêntica, relativos a períodos diferentes, foram satisfeitos.

Apesar do Conselho de Administração da Lusa entender que lhe assiste pleno direito ao recebimento destes créditos, no montante global de 1.856.752 euros, desconhece-se se, e quando, os mesmo virão a ser recebidos. Dado que não se encontra registado qualquer ajustamento a estes montantes posicionados no activo, não nos é possível concluir se existirá, ou não, uma sobreavaliação do activo e dos capitais próprios, a qual, a verificar-se, será equivalente ao montante que vier a reconhecer-se como não cobrável.

8. Conforme referido nas Notas 6, 32, alínea b) e 51 do Anexo às Demonstrações Financeiras, encontram-se pendentes de decisão judicial os recursos apresentados pelo Conselho de Administração, na sequência das correcções efectuadas pela Administração Fiscal, por considerar que as indemnizações compensatórias relativas aos exercícios de 2001 e 2002 estavam sujeitas a tributação em sede de IVA.

Os montantes envolvidos ascendem a cerca de 2,6 milhões de euros, aos quais acrescerão juros e coimas, caso a decisão judicial seja desfavorável à Lusa, não se encontrando constituída qualquer provisão.

Embora o processo de execução fiscal se encontre suspenso, dado que a Lusa prestou garantia bancária, no montante de 3.710.950 euros, conforme referido na Nota 32 do Anexo, desconhece-se em que medida as contas da Sociedade poderão ser afectadas pelo desfecho deste processo judicial.

9. Conforme referido na alínea d) da Nota 3 do Anexo às Demonstrações Financeiras, os Subprodutos, Desperdícios, Resíduos e Refugos, no montante líquido de 2.289.361 euros, referem-se ao arquivo de imagem, adquirido em 1997 à Agência Lusa de Informação, CIPRL e valorizado nessa data com base numa avaliação, realizada por uma entidade externa, acrescido das imagens produzidas até 31 de Dezembro de 2003, valorizadas com base numa estimativa de receita futura de 1.20 euros cada. O saldo bruto existente no início de cada ano tem sido ajustado com base numa taxa de depreciação de 2%, de que resultou o reconhecimento de um custo, no presente exercício, de 59.164 euros.

Contudo, os proveitos gerados no exercício com a venda de imagens anteriores a 2003 representaram apenas 0,38% do valor do arquivo, proveito este que é balanceado como os custos gerados com a manutenção do arquivo, os quais se encontram reconhecidos na conta de resultados do exercício.

Deste modo, entendemos que são diminutas as expectativas de recuperação do valor contabilizado em Subprodutos, Desperdícios, Resíduos e Refugos, conduzindo a uma sobreavaliação do Activo e dos Capitais próprios em montante muito próximo do valor líquido pelo qual se encontra valorizado o arquivo de imagem.

OPINIÃO

10. Em nossa opinião, sujeito aos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7. e 8., e excepto quanto aos efeitos da situação descrita no parágrafo 9., as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **LUSA – AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2009, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

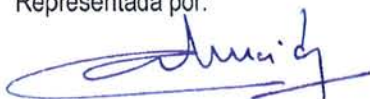
ENFASE

11. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior salienta-se ainda que, conforme referido na alínea m) da Nota 3 do Anexo às Demonstrações Financeiras, estas englobam a actividade da Lusa Brasil, a qual, apesar de juridicamente autónoma, assume, em termos substanciais, a natureza de uma delegação, idêntica a outras delegações que a Lusa tem dispersas por diversos países, razão pela qual a informação contabilística desta delegação foi integrada nas demonstrações financeiras em análise, procedimento com o qual concordamos.

Lisboa, 11 de Março de 2010

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, Lda.

Representada por:



Vitor Manuel Batista de Almeida

Aplicação de resultados

Por deliberação unânime da Assembleia-Geral Anual da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S. A., realizada no dia 13 de Abril de 2010, pelas 11 horas, na sede social da empresa, sita na Rua Dr. João Couto, Lote C, em Lisboa, o Resultado Líquido do Exercício de 2009, no montante de 466.306,18 euros, tem a seguinte aplicação:

Reservas legais – 5%	23.315,31 euros
Resultados transitados – 45%	209.837,78 euros
Distribuição de dividendos – 50%	233.153,09 euros